



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

1974 • N.º 189 • SÃO PAULO • 12 A 18 OUTUBRO 1974 • PREÇO CR\$3,00

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Neste número transcrevemos artigos do influente jornal português

portugal no caminho da paz  
direita desmascarada  
costa gomes assume a presidência

a maioria silenciosa



democracia  
assegurada

emigrantes  
saúdam país novo

governo reprime  
alta de preços

trás-os-montes  
o fim da estagnação

as vigarices  
do tenreiro

uma nação  
renasceu na onu

democracia escolar  
em coimbra

Incentivada pelo ex-presidente Antonio de Spínola a se proclamar, a chamada "maioria silenciosa", formada pelas forças revolucionárias de Portugal, não demorou muito a responder. Deixando de ser "silenciosa", ela precipitou um processo que mais cedo ou mais tarde deveria acontecer. Em meio ao esboço de crise, que se encerrou com a renúncia de Spínola e a ascensão do general Francisco Costa Gomes — chefe do Estado Maior das Forças Armadas — à presidência da República, a unidade das Forças Armadas saiu novamente fortalecida, garantindo a continuação do processo de democratização do país.

Mas a vitória alcançada não deve significar o abandono das anti-posições. Apesar do objetivo único — a realização de eleições para a Assembleia Constituinte — o Governo Provisório é a expressão de mais variadas opiniões, que coexistem e influem na decisão final. E preciso compreender todos os aspectos do momento atual, analisá-los e avaliá-los bem, para não correr o risco de exigir, agora, o tudo ou nada". Dentro do encaminhamento do processo político iniciado, a situação do momento é extremamente importante. Qualquer opção pode ser prejudicial. Apoiar o Governo Provisório é a única alternativa de garantir o caminho para a democracia.

A própria avaliação do quadro político implica um exame atento da eficiência e das múltiplas consequências das formas de atuação adotadas. Formas que não devem ser consideradas boas ou más, mas sim adequadas ou inadequadas. Encarada sob esta ótica, a greve — forma legítima em Portugal, de defesa para os trabalhadores — pode muitas vezes não atender, nas circunstâncias atuais,

aos seus próprios interesses. Ao contrário, interessa à reação alimentar reivindicações irrealistas, aproveitando os problemas dos trabalhadores para estimular o descontentamento e o protesto contra o Governo, as Forças Armadas, a política democrática. A possibilidade ou não de se utilizar determinada forma de luta implica no estudo de suas repercussões políticas e sociais.

Mesmo antes da recente movimentação direta da "maioria silenciosa", a reação já desenvolvia outras formas de oposição, então camufladas: intrigas para quebrar a coesão das Forças Armadas e tentativas de agravar artificialmente a situação econômica (corte de créditos, falências fictícias, fechamento de fábricas, demissões, aumento de preços, redução da produção, etc.). Abertas ou não, as manobras da reação têm como alvo principal de combate, além do Movimento das Forças Armadas e das forças políticas, o Governo Provisório. E o caminho a ser seguido não deixa dúvidas: é preciso combater estas manobras, impedir que se originem condições econômicas, sociais e políticas favoráveis à contra-revolução, consolidar as liberdades alcançadas e garantir a realização de eleições livres.

Para isso, mais do que nunca, a unidade das forças democráticas deve ser intensificada. Nem todos compreendem o caráter decisivo dessa unidade. Há quem procura dividir os trabalhadores e há também, aqueles que estão em busca de votos, atacando organizações unitárias, por temerem que concorram às eleições. A unidade dos trabalhadores, a unidade sindical, a unidade das forças democráticas e sua aliança com o Movimento das Forças Armadas são condições essenciais para a vitória final da democracia, em Portugal.



# Direita desmascarada

Vasco Gonçalves: "As Forças Armadas estão atentas e defenderão o seu Programa contra tudo e contra todos"

As horas de expectativa que o País viveu desde a madrugada de sábado, dia 28, foram finalmente serenadas pelas palavras do brigadeiro Vasco Gonçalves, que, na sua comunicação ao País, mais uma vez garantiu que as Forças Armadas estão atentas e defenderão o seu Programa "contra tudo e contra todos".

O primeiro-ministro, falando de improviso através da Rádio e da Televisão, denunciou, asperamente, a conspiração reacionária encoberta por uma manifestação que poderia ter iludido o povo, tanto mais que invocava o nome do Presidente da República e o Movimento das Forças Armadas. O brigadeiro Vasco Gonçalves disse ainda que a vitória sobre a reacção se deve à vigilância das forças democráticas e à unidade destas com as Forças Armadas, o que tornou possível travar o passo à conspiração.

Disse o primeiro-ministro: "Não vou propriamente fazer um comunicado sobre os acontecimentos que se passaram nos últimos dias, mas, antes, tecer algumas considerações sobre eles, a ver se tiramos algumas lições dos momentos que acabamos de viver, lições essas que são muito importantes para a consolidação e desenvolvimento da democracia em Portugal, lições essas em que está vitalmente interessado o povo português e o Movimento das Forças Armadas. Acabamos de viver o primeiro ataque, em forma, da reacção ao Movimento do 25 de Abril, nos moldes que, digamos, já são clássicos, porque eles são adotados pela reacção em todas as partes do mundo. Esses moldes consistem em aproveitar da impreparação política das pessoas, dos motivos de interesse nacional que calam fundo no coração das populações e, em particular, utilizar a emotividade suscitada por esses "slogans", por essas declarações, no sentido de dar a aparência de um grande apoio popular aos desígnios mascarados daqueles que estão interessados precisamente, em prejudicar essas massas populares".

Disse o primeiro-ministro:

"Aqueles que estão menos interessados na Pátria são os que, neste momento, apelam para essa Pátria"

"Nós tivemos o exemplo recente em Moçambique, em Lourenço Marques, em que aquela minoria de bandoleiros arrastou muita gente honrada, muitos portugueses honrados de Moçambique na emotividade que criou, nos apelos à Bandeira Nacional, ao Hino Nacional, etc. Quer dizer: servem-se abusivamente dos motivos mais caros aos patriotas para oporem-se aos processos históricos e aos verdadeiros interesses nacionais. Nós sabemos os milhões de contos que essa rebelião de Lourenço Marques custou ao povo, as dezenas e dezenas de vidas e as centenas de feridos que provocou. Sabemos de parte da população que foi motivada por essa gente, que foi enganada por essa gente.

Aqueles que menos estão interessados na Pátria, no desenvolvimento nacional, são os que, neste momento, mais apelam para essa mesma Pátria, para esse mesmo desenvolvimento nacional, mas junto de camadas muitas vezes pouco esclarecidas, incautas; e, então, em Portugal, isso é fácil, é relativamente fácil ainda hoje, pois o nosso povo viveu 48 anos sob uma propaganda sistemática de embrutecimento. Em particular, o povo do campo é tão pouco esclarecido que acredita nessa propaganda insidiosa que se faz, a todo o momento, contra o Movimento das Forças Armadas, caluniando-o, acusando-nos de objetivos que nunca tivemos.

Chegam a dizer que queremos roubar as casas onde os pobres vivem, agitam os mesmos papões que agitou o fascismo durante 48 anos e não é de admirar que algum êxito obtenham, porque as ideologias, as mentalidades, forjadas, formada, ao longo de 48 anos não se modificou de um dia para o outro".

Saiu reforçada a unidade entre o povo e o M. F. A.

"Destá vez, com uma larga cópia de meios, à mistura com armamento, muito dinheiro, etc., a reacção montou uma manifestação desse tipo.

Nós estávamos a par do que se ia passando, não só por meio dos nossos serviços de informação militar, como também pela larga ajuda que a Imprensa, a parte da população mais vigilante, os movimentos democráticos e os partidos políticos deram a este processo, cimentando, assim, a unidade que é condição essencial para a consolidação e o desenvolvimento da democracia em Portugal, para que o programa do Movimento das Forças Armadas possa ser posto em prática sem ambiguidades; essa unidade entre o povo e o Movimento das Forças Armadas saiu reforçada da prova por que acabamos de passar.

O Movimento das Forças Armadas tomou precauções no sentido de minorar, o mais possível, as consequências de tal manifestação.

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Por outro lado, os setores democráticos e os mais esclarecidos da população fizeram muito para que essa manifestação não fosse para a frente. E não o fizeram, utilizando meios violentos — isto é necessário que todo o País saiba. Foi através da persuasão, através de uma vigilância verdadeiramente democrática que se travou o passo à reacção. Não foi através de homens armados, nem de tiros, nem de mocadas, que foram descobertas as armas nos carros, que vinham a caminho de Lisboa. E a população, consciente do que se estava passando, aceitou de bom grado essa vigilância no sentido de evitar que a manifestação, tal como estava preparada, levasse a confrontações, a tiros, à violência, que obrigasse a intervenção das Forças Armadas ou da Força de Segurança e que prejudicasse, assim, a unidade do povo e das Forças Armadas".

Foram feitos todos os esforços para evitar tiros entre os portugueses

"É claro que na sequência destes acontecimentos, desenvolveu-se uma crise que está ultrapassada e da qual saíram mais reforçados o Movimento das Forças Armadas, as forças democráticas e aqueles que estão sinceramente empenhados em levar este país em paz, em tranquilidade e sem tiros, para os caminhos do futuro, que são os caminhos da garantia da liberdade cívica, do progresso social, do progresso económico em que estávamos empenhados, já muito antes do 25 de Abril.

Ao longo da crise que se desenvolveu, todos os esforços foram feitos para evitar tiros entre os portugueses. Isto tem sido uma constante de todas as ações do Movimento das Forças Armadas; nós não queremos a guerra civil entre os portugueses. Bater-nos-emos sempre com a maior calma, com a maior firmeza para que isso não aconteça.

Por vezes, as pessoas impacientam-se, não compreendem talvez a nossa ação. Será pela prática, pelas consequências que forem observando da nossa ação, por aquilo que formos fazendo, que verificarem que o Movimento das Forças Armadas, constituído por gente honrada, por oficiais que puseram acima de tudo o amor da Pátria e que procuram ser o motor do apoio ao desenvolvimento democrático e que são o motor no seio das Forças Armadas"

"Procuramos acima de tudo a paz e a tranquilidade"

"Procuramos, acima de tudo, a paz, a tranquilidade e que não haja mortes entre os portugueses. Fizemos uma revolução cujas consequências ainda estão em pleno desenvolvimento.

Podemos orgulhar-nos já de certas realizações que, em cinco meses, se podem considerar extraordinárias: fizemos a paz na Guiné, iniciámos um processo de descolonização em Moçambique, estamos empenhados em resolver o problema da descolonização de Angola. Julgo que isto são realizações que devem estar presentes na cabeça de todos os portugueses.

Os nossos soldados deixaram de caminhar para as colónias, como dantes. Portugal tem hoje abertos largos caminhos de cooperação para o futuro. Ainda na recente Assembléia das Nações Unidas se mostrou o apoio caloroso que, hoje, temos nos meios que antes nos repudiavam, nos assobiavam e não nos permitiam mesmo o convívio com outras nações.

Não somos um país poderoso do ponto de vista económico; não estamos, portanto, em condições de desenvolver uma política neo-colonialista em África. Temos, portanto, muitas condições para sermos aceites pelos povos africanos que dão os seus passos no caminho da independência económica e do progresso social. Estamos, portanto, em condições de poder forjar com esses povos a unidade, desenvolver a cultura em África e criar uma Pátria de expressão lusitana. Isto não teria sido possível sem o Movimento do 25 de Abril, sem o apoio das forças populares a esse movimento. Ora,

mento das nossas posições, de levarmos o Movimento das Forças Armadas e as Forças Armadas a todos os pontos do País, a fim de esclarecerem bem os nossos opositores, que se servem precisamente da despolitização do povo português para combaterem precisamente o futuro desse povo português dizendo eles, reacionários, que são os verdadeiros defensores desse futuro e não nós.

Nós queríamos sobretudo que essa lição fosse tirada: que foi reforçada a unidade entre as Forças Armadas e o povo português, que novos caminhos estão abertos à democracia em Portugal, à realização do programa do Movimento das Forças Armadas, em que estamos sinceramente empenhados e em que pusemos a nossa honra e em que abatemos bandeiras, para que esse programa vá avante".

O programa é isento

"O programa é isento no sentido de que não serve partidários, não serve partidos, serve para a Nação portuguesa. Isto não significa qualquer crítica aos partidos, fizemos o 25 de Abril para que os partidos pudessem viver em liberdade em Portugal.

Nós queremos dizer que os militares, os homens das Forças Armadas que estão interessados em que seja posto em prática o programa do Movimento das Forças Armadas, esses homens põem acima de tudo os objetivos do Movimento e não a inclinações partidárias que possam ter e que têm o direito a ter, como portugueses que são. Mas, como militares, que também são, esses militares sabem que faz parte da servidão militar, pôr acima de tudo os interesses unitários da sua Pátria e abaterem bandeiras na presença desses interesses unitários.

Os caluniadores do Movimento das Forças Armadas dizem que nós defendemos interesses partidários, o que é profundamente falso. Nós defendemos os verdadeiros interesses do povo português que estão traduzidos no programa que nós elaborámos e que pretendemos levar ao fim e que levaremos ao fim, contra tudo e contra todos. Poderão ter a certeza de que as Forças Armadas estão atentas a isso: defenderão o seu Programa contra tudo e contra todos. Estão atentas às manobras da nação, mas não se podem defender da reacção, não podem combater essas manobras sem uma unidade íntima com o povo português, a qual saiu alicerçada dessa crise".

Os maus dias estão passados

"Nós queremos dizer ao País que os maus dias estão passados, que melhores dias virão com certeza, que o caminho que traçamos é muito difícil. Todos sabem as condições que herdámos no 25 de Abril, mas é certo que essas condições não servem para justificar tudo.

Nós temos muito e muito que fazer à nossa frente. Temos muito que trabalhar. As tensões sociais que se têm desenvolvido ultimamente, de certo modo, têm prejudicado a produtividade do nosso País. Mas estamos convencidos que essa produtividade pode ser aumentada desde que o povo tenha confiança na Revolução do 25 de Abril".



Unidade do povo com o Movimento das Forças Armadas



Brigadeiro Otelô Saraiva de Carvalho:

## O movimento das Forças Armadas controla completamente a situação

"Tomadas as medidas necessárias para neutralizar manobras que visavam derrubar a ordem democrática instaurada em 25 de Abril".

O brigadeiro Otelô Saraiva de Carvalho, comandante-adjunto do COPCON e Governador Militar de Lisboa, proferiu, após a manobra da reação, aos microfones das estações de rádio e da TV, as seguintes palavras:

"O Movimento das Forças Armadas, ao cumprimento rigoroso do seu programa e na certeza de interpretar os sentimentos profundos do Povo português, de que é parte integrante, tomou as medidas necessárias para neutralizar as manobras reacionárias que visavam derrubar a ordem democrática instaurada em 25 de Abril.

Na sequência das medidas tomadas, o M.F.A., que controla completamente a situação, pede à população e às forças democráticas que cooperem com as forças militares e militarizadas na retirada progressiva dos piquetes, cuja finalidade se registra com agrado, mas cuja manutenção não só não se justifica, como dificulta a ação do Movimento das Forças Armadas com vista à neutralização definitiva dos elementos reacionários que conspiravam contra a democracia.

Pede-se à população total confiança nas forças militares e militarizadas que, controladas pelo M. F. A., sob orientação direta do Comando Operacional do Continente, garantem o respeito pela vitória alcançada em 25 de Abril.

A serenidade e a calma são neste momento a melhor forma de a população manifestar a sua confiança na ação desenvolvida pelo M. F. A. no sentido de tornar irreversível a construção da Democracia em Portugal.

Não pode restar dúvida a ninguém de que os únicos inimigos da liberdade são os conspiradores reacionários. Todas as tentativas para desviar noutra direção as atenções do Movimento das Forças Armadas e das forças patrióticas, devem ser interpretadas como manobras de inspiração reacionária, ainda que assumidas inconscientemente.

O Movimento das Forças Armadas tem perfeita consciência de que a falta de informação pode criar estados de incerteza e de ansiedade suscetíveis de serem explorados por agentes provocadores. Contudo o M. F. A. garante que os destinos do País não serão decididos nas costas do Povo português.

O M. F. A. reafirma a sua fidelidade ao povo e a sua disposição de cumprir rigorosamente o seu programa de democratização do País".

## Comunicado do Governo Provisório

"Muitas pessoas deixaram-se envolver neste processo sem ter consciência das manobras da 'maioria silenciosa'".

Na sequência das medidas tomadas para esmagar as forças reacionárias que pretendiam opor-se ao processo iniciado em 25 de Abril, é possível anunciar ao País que a situação está controlada em todo o território nacional.

Para esse "controle", muito contribuiu a unidade entre o M. F. A., o Governo Provisório e as massas populares, unidade que constituiu a maior garantia da consolidação das conquistas democráticas de 25 de Abril.

Como já foi referido pelo brigadeiro Otelô Saraiva de Carvalho, as forças do COPCON controlam completamente a situação, pelo que a colaboração dos populares, cuja vigilância foi da maior importância, é agora desnecessária.

O Governo Provisório reafirma assim a sua firme determinação de prosseguir

do M. F. A., dispondo-se a neutralizar definitivamente as forças reacionárias que tentarem impedir o processo de democratização do País.

Os mentores das manobras da auto-denominada "maioria silenciosa" tudo tentaram para convencer a opinião pública de que aprovam o M. F. A. e o seu programa. O Governo Provisório admite que muitas das pessoas que se deixaram envolver neste processo, o fizeram sem ter consciência de ser vítimas dessas manobras.

O Programa do M. F. A. jamais poderá servir de cobertura aos objetivos de minorias desesperadas que a toda a hora recusam aceitar a democratização do País.

O Governo Provisório manifesta o seu maior apreço ao elevado sentido cívico da população e registra com o maior agrado as gerais manifestações de apoio das massas trabalhadoras.

## Diário de Notícias

# Uma nação renasceu na ONU

Crônica de CARLOS CRUZ especial para o "Diário de Notícias"

Os observadores podem dar-se satisfeitos pelo modo como souberam prever o êxito sem precedentes da atual intervenção portuguesa nas Nações Unidas. Recebido logo à entrada por uma estrondosa salva de palmas, o ministro Mário Soares leu um discurso que definiu objetivamente os planos de Portugal no campo da política externa, não deixando de fazer referência ao desejo do Governo de continuar os seus esforços para que a democracia se instale definitivamente e indiscutivelmente entre nós.

Mas foi sem dúvida o explícito dos desejos de Portugal no domínio das relações com os outros países que mais tocou os delegados estrangeiros, bem assim como referências ao processo de descolonização. E naquele campo Portugal não deixará de respeitar os seus compromissos já assumidos. Mário Soares fez questão em se debruçar mais em pormenor sobre o futuro dos laços portugueses na África, que se pretendem cada vez mais estreitos em todos os domínios e com todos os países, condenando todo o tipo de opressão ou discriminação racial.

Fez mesmo uma referência direta ao "apartheid", que lhe valeu ser interrompido com aplausos, misturado com o som de punhos a bater nas mesas, forma que as delegações africanas utilizam para imitar os tambores do continente negro.

Os leitores puderam ler o texto do discurso e nele descobrir os seus pontos mais importantes, nomeadamente a afirmação de que "não há qual-quer razão para que se mantenham as atuais circunstâncias, sanções morais ou de qualquer outra natureza", numa alusão bem clara ao embargo de petróleo exercido pelos países árabes.

Ao terminar a sua intervenção o ministro português voltou a ser longamente aplaudido, mas não só: a quase totalidade das delegações fez uma longa fila até ao lugar ocupado pela delegação portuguesa, para de viva voz, pessoalmente, cumprimentar Mário Soares junto da mesa ocupada pela nossa delegação, onde, além do ministro, se via ainda o embaixador Hall Themido, que veio de Washington para assistir ao discurso, e o prof. Veiga Simão, embaixador permanente de Portugal nas Nações Unidas. E a referir que quase todas as delegações foram saudar o ministro português, podemos distinguir os representantes da União Soviética e dos Estados Unidos, bem assim como os de todos os países africanos e os da União Indiana.

Para definir ainda mais o significado do que aconteceu na assembleia geral das Nações Unidas bastará transcrever o que Veronimwanga, ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, nos afirmou durante uma recepção oferecida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal: "Estou há dez anos nas Nações Unidas e nunca vi uma coisa assim. Não há precedentes. Foi uma autêntica manifestação espontânea de todas as nações a apoiar o vosso ministro. Pode dizer-se que Portugal renasceu hoje, aqui na O.N.U."

Os observadores mais chegados a este ambiente reforçaram as palavras do ministro zambiano com a euforia de quem assiste a um acontecimento inédito, afirmando a seguir que Portugal tem um longo caminho

países africanos. Falá-se já numa possível visita a Portugal do secretário-geral da O.U.A., enquanto ninguém se surpreende ao ver ainda na mesma recepção Julio Semedo e o comissário de Estado para os Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Vitor Saude Maria, de braço dado ora com Mário Soares, ora com Veiga Simão.

Mas a presença em Nova Iorque do responsável pela política externa portuguesa não se limita ao discurso que proferiu. Vindo de Washington, onde teve inúmeros contactos com entidades americanas, que culminaram com a visita a Henry Kissinger, durante os quais teve oportunidade de expor a atual situação social, política e económica do nosso país, bem assim como tranquilizar os meios céticos, cujas informações até aqui os faziam crer numa anarquia irresponsável, o ministro dos Negócios Estrangeiros tem aproveitado a sua estada em Nova Iorque para encontros com seus homólogos de mais de uma dezena de países.

Desde o primeiro dia que a comitiva portuguesa, acompanhada do embaixador Veiga Simão, tem tido reuniões consecutivas, de esclarecimento umas, de estreitamento de relações outras, e outras ainda cujos objetivos são iniciar ou restabelecer contactos permanentes e oficiais no campo diplomático. Assim, tendo-se já encontrado com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, com quem o estatuto de Timor deve ter sido aprovado, e com o da Zâmbia, e depois de ter passado o domingo em contato com portugueses, incluindo uma rápida visita a Massachusetts, Mário Soares juntou com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. É hoje dirigiu-se à missão permanente da U.R.S.S., onde teve uma entrevista com Andrey Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, que demorou perto de uma hora. No final deste encontro o ministro português declarou à R.T.P. que "o encontro foi muito cordial e incidiu sobre as relações presentes e futuras com a União Soviética, visando principalmente as possibilidades de cooperação mútua nos domínios cultural, comercial e económico".

A agenda de Mário Soares prevê ainda outras entrevistas com muitos mais ministros de Negócios Estrangeiros (Polónia, África do Sul, Jugoslávia, Noruega, Checoslováquia, Austrália, Suécia, Dinamarca, etc.), dos quais há a salientar os que se realizaram hoje, com Sardar Sing, da União Indiana e de que resultou um comunicado conjunto a anunciar o restabelecimento das relações diplomáticas normais e à cooperação cultural entre os dois países.

Mário Soares, que também se encontrou com Pedro Mauri, ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, avistar-se-á ainda durante a sua estada em Nova Iorque com o secretário-geral das Nações Unidas, Waldheim, e com o presidente desta 29.ª assembleia-geral da O.N.U., Bontefika, ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia.

Setembro é assim, o mês de enorme esforço da diplomacia portuguesa. Os resultados desta ação podem começar a notar-se a muito curto prazo não só no campo diplomático propriamente dito, mas também no campo económico, setor que há que dinamizar e desenvolver. Mas esta dinamização e este desenvolvimento estão, sem dúvida, muito dependentes da confiança que merecermos dos outros países. Ela está a ser procurada e o seu início definido nestas duas semanas de permanência nos Estados Unidos do ministro português dos Negócios Estrangeiros. O isolamento internacional em que Portugal viveu nos últimos anos e a hostilidade de que foi alvo estão agora a desaparecer. E se a reação da Assembleia-Geral das Nações Unidas à intervenção portuguesa pode ser um critério de valor, talvez não seja arriscar muito afirmar que desaparecerão rapidamente.

Muito haverá ainda a fazer, é certo. Mas grande parte dependerá de todo o povo português, que terá que construir um país novo, democrático, de forma a que as inúmeras portas que o ministro dos Negócios Estrangeiros aqui tem aberto, não se fechem de novo sobre o subservimento de que temos de nos libertar. Por outras palavras: foi dado um passo gigantesco. Ao país que somos compete dar outros para caminharmos segura e definitivamente para uma meta que se chama progresso e bem-estar.

**A política africana de Portugal é uma atitude construtiva que merece o apreço da comunidade internacional**

— Declarou na O.N.U. o ministro dos Estrangeiros da Suécia "O novo Governo português mostrou uma atitude construtiva que merece o apreço da comunidade internacional. Os Estados africanos e os movimentos de libertação têm

nal do problema da descolonização", declarou o ministro sueco dos Negócios Estrangeiros, Sven Anderson, ao falar na assembleia geral das Nações Unidas e referindo-se à nova política africana de Portugal.

"A nossa organização — acrescentou — deve agora tentar resolver o problema da Rodésia do Sul, Namíbia e África do Sul. É necessária grande vigilância contra qualquer tentativa para assegurar ou alargar o governo da minoria branca".

No seu discurso, Sven Anderson pediu a criação de uma ordem económica mundial em que os países ricos limitassem o uso dos recursos naturais.

"O abismo entre as nações ricas e as pobres alarga-se — afirmou o ministro sueco. — Os recursos mundiais estão desigualmente distribuídos. São poucos e tendem a ser cada vez menos, em relação a uma crescente população mundial, que espera, ao menos, ver satisfeitas as necessidades básicas de alimentação, alojamento e emprego.

Tem de ser criada uma ordem económica mundial mais justa, em que os países ricos limitem o uso dos recursos mundiais. Devemos ter consciência dos limites do que o ambiente humano pode suportar quando os recursos mundiais estão a ser explorados num ritmo que cresce rapidamente.

Hoje em dia — prosseguiu — sofrem de fome milhões de pessoas. Se não conseguirmos resolver os problemas da produção de alimentos temos de enfrentar a terrível perspectiva de mais milhões estarem condenados à subalimentação e morte prematura".

Anderson afirmou que os esforços dos Estados Unidos e da União Soviética para limitar os armamentos se mostravam inadequados.

A política norte-americana-soviética de desanuviamento "é incompleta enquanto não resolver os problemas políticos básicos, que criam tensões e conflitos locais", declarou Anderson.

O Mundo — sublinhou o ministro sueco — "espera" com impaciência que as conversações sobre a paz no Médio Oriente recomencem em Genebra".

## A INGLATERRA, A FRANÇA E A ALEMANHA SAUDARAM PORTUGAL

Falando na O.N.U. Callaghan exprimiu a "imensa satisfação" da Europa Ocidental "pela restauração da democracia na Grécia e em Portugal".

Acrescentou que os acontecimentos de Moçambique, agora na estrada da independência, introduziram novas realidades relativamente à situação na Rodésia, onde o Governo de minoria branca se separou unilateralmente da Inglaterra há perto de nove anos.

Callaghan sublinhou ainda: "A esse respeito estamos ativamente a examinar todas as possibilidades".

No discurso que proferiu na Assembleia, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, disse, a dado passo: "Saudamos a decisão histórica de Portugal, ao reconhecer a independência da Guiné-Bissau e ao abrir a via para a independência de Moçambique e Angola. Vemos nestes fatos uma confirmação do nosso ponto de vista o qual exprime que a coragem, a energia e a sabedoria podem também resolver estes problemas".

A França, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, também saudou Portugal: "A descolonização, em curso nos territórios portugueses da África, constitui para nós uma dupla alegria: primeiro, porque está a ser empreendida em favor do regresso à democracia de um país amigo da França; segundo, porque está a ser realizada em benefício de um conjunto de populações corajosas que, desde há muito tempo, tinham muitas razões para se interrogarem sobre os motivos porque estavam privadas da independência de que os seus vizinhos desfrutavam.

Quero apresentar as minhas saudações à delegação da República, da Guiné-Bissau, transmitir-lhe os nossos votos e as nossas felicitações e prestar-lhe, assim como aos representantes do novo Governo Português, a homenagem que merece pelo sentido político com que conduziu as recentes e frutuosas negociações de Argel. A Comunidade Europeia, profundamente apegada ao valor da democracia em que está alicerçada, não pode senão regozijar-se com todos os acordos destinados a pôr em prática os princípios da autodeterminação africana. Depreende-se que, em breve, a aplicação destes princípios estender-se-á a Moçambique e depois a Angola. Congratula-se, particularmente, pelo acordo que acaba de ser concluído em Lusaca".



## Decisão do Conselho de Ministros

Proibidas as atividades do "Partido Nacionalista Português", por constituir séria ameaça às instituições democráticas

O governo Português decidiu, a 17 de setembro último, proibir as atividades do "Partido Nacionalista Português", porque o referido partido propunha-se derubar as instituições democráticas implantadas com o 25 de abril.

Merece destaque o fato de que, de todas as organizações de tendência anti-democrática que vêm surgindo nas últimas semanas, em flagrante oposição ao Programa das Forças Armadas, aquele pretense partido, cujas raízes encontram-se na cidade do Porto, era de todas a mais marcante e a que maior perigo oferecia, pois constava do seu plano de ação reagrupar elementos da ex-Legião Portuguesa, grupo para-militar cujas atividades foram consideradas ilegais, a partir do Movimento de Abril, dadas as conhecidas ligações deste grupo com a PIDE-DGS.

É o seguinte o parecer do Conselho de Ministros: "O Governo deliberou proibir as atividades do "Partido Nacionalista Português", ordenar o encerramento das suas instalações e a instauração do competente procedimento criminal, visto o mesmo se propor o derrubamento das instituições democráticas".

Tal procedimento, por parte do Governo Português, vem reforçar as palavras do Comandante Victor Crespo, que declarou ao representante da Rádio e Televisão Portuguesa, recentemente: "Temos um programa — afirmou ele — e é em relação a esse programa que definimos os nossos objetivos. Somos seus defensores intransigentes e queremos que ele seja inteiramente respeitado, porque, só assim, pensamos, a democracia será institucionalizada".

A proibição, por parte do Governo, das atividades do aludido partido, vem uma vez mais confirmar a firme decisão do mesmo, de não permitir que grupos, ligados, de qualquer modo, ao Governo deposto, possam vir a prejudicar o processo de democratização em curso em Portugal.

O editorial do novo Boletim Informativo das Forças Armadas, cujo primeiro número saiu a 9 de setembro último, é bastante explícito e categórico ao afirmar que "O Movimento das Forças Armadas, como guardião do cumprimento integral do seu programa, que há de restituir ao país as instituições democráticas nele inscritas, não pode ficar indiferente perante as manobras e ações anti-revolucionárias, venham de onde vierem, que ten-

construção do Portugal livre e democrático em que o povo português está empenhado. A Nação pode estar segura de que as Forças Armadas, no seu conjunto, estarão vigilantes e atentas a tais manobras e darão todo apoio às medidas do Governo visando levar adiante, intransigentemente, o programa de democratização do país e a tarefa de descolonização".

Fica, assim, claro que o Movimento das Forças Armadas não é um movimento apolítico, ou isento, politicamente, como entenderam a princípio vários observadores, muito embora não constitua, em si, um partido político, nem possa confundir-se com nenhum agrupamento existente em Portugal. O que o Movimento das Forças Armadas pretende é a institucionalização de todos os partidos de tendência democrática, para salvaguardar a própria democracia.

A proibição das atividades do "Partido Nacionalista Português" é, pois, uma decisão política das mais oportunas e perfeitamente coerente, dentro dos objetivos que nortearam o Movimento de Abril.

## Depoimento

"Eu vi a outra face de Portugal. Aquela que não apareceu nas televisões no mês de maio passado. Aquela que nem conhecia a PIDE, porque não participava de nada: o mundo rural. Viajei pelo centro e pelo norte, passei vários dias nessas aldeias pacatas e ordenadas, onde os homens estão ausentes porque escolheram a emigração, por não terem podido sustentar seus filhos. Lá, a atmosfera é das mais carregadas: 35% dos habitantes adultos não sabem ler nem escrever. Lá, a junta de bois é a força motriz de regra, e não é raro encontrar velhas mulheres aparelhadas aos arados como animais de carga. Lá, luta-se pela vida, primitivamente. Em 800.000 propriedades agrícolas, 700.000 não ultrapassam os 5 hectares. A previdência social inexistente, os hospitais idem, as professoras primárias ganham 2.000 escudos (aproximadamente 600 cruzeiros), as crianças vão trabalhar no campo desde a idade de 10 anos, ou antes.

Esse mundo rural representa a metade de Portugal e é, no seu conjunto, se excetuarmos o sul, tradicionalmente católico. Os padres são os verdadeiros chefes das aldeias. Eles pregam as virtudes — essencialmente "passivas" — como a obediência, a humildade e o sofrimento, o que constitui um terreno de cultura ideal para alimentar a ditadura. Ora, os padres continuam nos seus postos. A miséria e o sofrimento, provocados pela ausência dos homens jovens — os soldados na África, os desertores, os emigrados — continuam.

Isso e muito mais constitui o relato da jornalista MARIE PAULE DE PINA, em recente visita a Portugal. Referiu-se ainda às 7 sociedades que, a grosso modo, controlam (ainda...) toda a economia portuguesa, às 35 famílias imensamente ricas que controlam a maior parte dos negócios, e à posição retrógrada da Igreja, sobretudo no mundo rural, ou nas aldeias.

Com referência à atuação da Igreja, a jornalista destaca a posição dos chamados "cristãos progressistas", ou aqueles que, segundo ela, conseguiram assimilar o Concílio, e abrir-se ao mundo moderno e às novas idéias. Reúnem-se em torno dos homens que compõem O Movimento "Justiça e Paz", eleitos em assem-

maio. Esses militantes são de opinião que os bispos portugueses (salvo exceções) se preparam, uma vez mais, para atrair o povo e a justiça. Temem o apoio destes bispos a partidos de extrema direita que possam ser formados, aliados a grandes grupos econômicos. Se tal suceder, esses partidos poderiam arrebanhar muitos eleitores nas próximas eleições, uma vez que o catolicismo é ainda uma grande força nas regiões mais atrasadas de Portugal, onde o povo está habituado a seguir as palavras dos padres. (Extraído do Jornal "Informations Catholiques").

## Direito de reunião reconhecido por lei

A regulamentação do exercício efetivo do direito de reunião, manifestações, desfiles e comícios, acaba de ser promulgada através de decreto-lei já enviado para o "Diário do Governo". Fica cumprido, deste modo, o disposto no Programa do Movimento das Forças Armadas. (Item B, nº 5 alínea b). Como princípio geral, estabelece-se logo no art. 1º do diploma do Governo Provisório que "a todos os cidadãos é garantido o livre exercício do direito de se reunirem pacificamente, em lugares públicos, abertos ao público e particulares, independentemente de autorizações, para fins não contrários à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e à ordem e à tranquilidade públicas".

Mas, "sem prejuízo do direito à crítica, serão interditadas as reuniões que pelo seu objeto ofendam a honra e a consideração devidas aos órgãos de soberania e às Forças Armadas".

De acordo com o decreto, as pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público, deverão avisar por escrito e com a antecedência mínima de dois dias úteis, o governador civil do distrito ou o presidente da Câmara Municipal, conforme o local de aglomeração se situe ou não na capital do distrito. O aviso deverá ser assinado por três dos promotores devidamente identificados ou, tratando-se de associações, pelas respectivas direções. Do aviso devem fazer parte a indicação da hora, do local e do objeto da reunião e, quando se trate de manifestações ou desfiles, a indicação do trajeto a seguir. As autoridades só poderão impedir as reuniões que contrariem o disposto nos princípios gerais acima enunciados e, se não forem levantadas objeções no prazo de 24 horas, por escrito, entende-se como autorizado o pedido. Quanto a horários, fica estabelecido que aos domingos, sábados e feriados, estas realizações terão lugar só depois das 12 horas, e nos restantes dias depois das 19 e 30.

As autoridades só poderão interromper a realização de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles realizados em lugares públicos ou abertos ao público, quando forem afetados da sua finalidade pela prática de atos contrários à lei ou à moral ou que perturbem, grave e efetivamente, a ordem e tranquilidade públicas, o livre exercício dos direitos das pessoas ou ofendam os órgãos de soberania ou as Forças Armadas. Em tal caso, as autoridades competentes deverão lavrar auto em que descreverão os fundamentos da ordem de interrupção, entregando cópia desse

auto aos promotores. O trajeto de manifestações e desfiles poderá ser alterado se tal for necessário ao bom ordenamento do trânsito de pessoas e de veículos nas vias públicas.

## Contramanifestações

Fica igualmente estabelecido que as autoridades deverão tomar as necessárias providências para que as reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos decorram sem a interferência de contramanifestações que possam perturbar o livre exercício dos direitos dos participantes, podendo, para tanto, ordenar a comparência de representantes ou agentes seus nos locais respectivos. Mas, nas reuniões realizadas em recinto fechado nenhum agente da autoridade poderá estar presente, a não ser mediante solicitação dos promotores. Se essa solicitação não se verificar, os promotores ficarão responsáveis pela manutenção da ordem dentro do respectivo recinto. Por outro lado, as pessoas que forem surpreendidas armadas em reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público, incorrerão nas penalidades do crime de desobediência, independentemente de outras sanções que calbam ao caso. Os promotores deverão pedir as armas aos portadores delas e entregá-las às autoridades.

## Limites

O decreto-lei estabelece que não é permitida a realização de reuniões, comícios ou manifestações com ocupação abusiva de edifícios públicos ou particulares e tais realizações poderão igualmente ser interditadas, mediante parecer das autoridades militares ou outras entidades, quando forem marcadas para menos de 100 metros das sedes dos órgãos de soberania, das instalações e acampamentos militares ou de forças militarizadas, dos estabelecimentos prisionais, das sedes de representações diplomáticas ou consulares e das sedes dos partidos políticos.

Cabe recurso das decisões das autoridades tomadas com violação do disposto neste diploma. O recurso é para os tribunais ordinários e poderá ser interposto no prazo de 15 dias. As autoridades que impeçam ou tentem impedir, fora do condicionalismo legal, o livre exercício do direito de reunião, incorrem na pena do art. 291.º do Código Penal e ficam sujeitas a procedimento disciplinar. Os contramanifestantes incorrem nas sanções do art. 329.º do mesmo código. E os que realizarem reuniões, comícios ou desfiles contrariamente ao disposto nesta lei incorrem no crime de desobediência qualificada. Finalmente, este diploma não é aplicável às reuniões religiosas realizadas em recinto fechado.

## Governo reprime alta de preços

Quinhentos agentes da Direção-Geral de Fiscalização Económica, 300 dos quais provêm da antiga I.G.A.E. e 200 dos extintos organismos de coordenação do setor, vão passar a atuar em breve em todo o País, na repressão de crimes antieconómicos — revelou aos órgãos de Informação o dr. Macaísta Malheiros, diretor-geral daquele departamento da Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços.

Na mesma reunião com os jornalistas, que se efetuou no Palácio Foz, o diretor-geral de Preços, dr. Miranda Ferreira, sublinhou que a "alta generalizada de preços a que se tem assistido" representa um desafio à legalidade instituída.

Foi afirmado que se espera a maior colaboração por parte do consumidor, no sentido da deteção de delitos. A D.G.F.E. — acrescentou o dr. Macaísta Malheiros —, em determinados locais, como, por exemplo em supermercados e mercados, vai instalar postos fixos de fiscalização, onde serão afixados os preços de venda dos produtos. Ainda no prosse-



guimento das suas declarações, o diretor-geral da Fiscalização Económica disse que vai ser criado um programa de televisão para elucidação do público, acerca dos seus direitos e da sua obrigação perante crimes contra a economia nacional e que campanhas na imprensa escrita e falada constituirão um apoio a toda essa ação. Ao terminar, o dr. Macaísta Malheiros disse do propósito da sua direção-geral de solicitar a colaboração de diversas instituições, nomeadamente de sindicatos e de associações de consumidores, no sentido de que os seus elementos possam prestar informações que levem à identificação de delitos, e, ainda, de promover a especialização de agentes, por produtos e ramos industriais.

#### "DESAFIO A LEGALIDADE INSTITUÍDA"

O dr. Miranda Ferreira, diretor-geral de Preços, no uso da palavra, declarou depois que nas últimas semanas a opinião pública se tem mostrado confusa e desorientada em matéria de preços, acrescentando que "efetivamente se tem assistido a uma alta generalizada de preços, em autêntico desafio à legalidade instituída. A esta situação não foram estranhos os hábitos especulativos herdados do passado, que encontraram nas recentes alterações do imposto de transação e na subida de preços de alguns produtos, até então sujeitos a preços fictícios, terreno fértil para germinar".

"Por outro lado — continuou o dr. Miranda Ferreira —, a falta de meios da Direção-Geral de Preços, recentemente criada, não permitiu o esclarecimento devido aos consumidores, de modo a mantê-los informados sobre os aumentos de preços autorizados, proporcionando-se assim os meios de colaborar com a Direção-Geral de Fiscalização Económica no "controle" efetivo dos preços".

Prosseguiu dizendo que se vão envidar esforços para que os produtos alimentares embalados saiam da fábrica já com a indicação dos preços de venda ao público e chamou a atenção para os boatos postos a circular e que anunciam a subida do azeite, óleos e cimentos, adiantando que a Direção-Geral dos Preços pretende levar a cabo uma política que incida, principalmente, sobre bens e serviços de primeira necessidade, ou de caráter básico, e sobre empresa com faturamento anual superior a 50.000 contos, que vendam um valor mínimo de 10.000 contos por cada produto.

#### DETERMINAÇÃO DE PREÇOS CONTROLADOS E MÁXIMOS

O dr. Miranda Ferreira, depois, acerca de determinação de preços controlados e máximos, esclareceu que foram tomados em linha de conta a "estrutura de custos e os lucros da empresa", não se incluindo no primeiro fator, para a revisão de preços, as despesas publicitárias e de promoção de vendas. Disse, a seguir, que vai ser apreçado com o devido cuidado o montante dos lucros acumulados pelas empresas nos últimos anos, "apurando-se até que ponto estes foram de novo aplicados na firma ou dela foram desviados para outros destinos. Esta análise tem como finalidade detectar até onde as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas, em determinado momento, são resultados ou não da sua descapitalização efetiva, não sendo admissível fazer o consumidor pagar os encargos daí derivados".

#### MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

No tocante à margem de comercialização dos produtos e às atuais redes de distribuição, o dr. Miranda Ferreira começou por referir que "as áreas rurais são constantemente desfavorecidas, pois encontram-se separadas das zonas urbanas por uma autêntica barreira de intermediários, que encarecem desnecessariamente os produtos agrícolas nos centros de consumo e, por outro lado, contribuem para o agravamento dos preços dos produtos manufaturados nos campos

(tratores e outro material agrícola, adubos, pesticidas, etc.)".

"Esta situação", continuou, "é principalmente originada pela deficiente organização da rede de distribuição, mantendo circuitos desnecessários. A solução deste problema passa pela reorganização destes circuitos, incentivando o associativismo dos consumidores e pequenos retalhistas, no sentido de eliminarem intermediários".

Ao terminar, o diretor-geral de preços informou que, ao nível dos importadores, a orientação é a de garantir a manutenção dos produtos por seis meses, no mínimo, "procurando-se que os importadores não se limitem a ser meros agentes de compras, mas que efetivamente constituam estoques de mercadorias para assim ser assegurado o abastecimento regular do mercado nacional".

Por fim, disse que estão a constituir-se "grupos de trabalho em conjunto com outros organismos estatais, no sentido de se estudar as margens de comercialização da batata, do azeite, da carne e do leite, das máquinas agrícolas e industriais, dos automóveis, dos medicamentos, dos óleos e massas lubrificantes".

#### Novos governadores civis

##### Porto

Tomou posse do cargo de governador civil desta cidade o Dr. Mário Cal Brandão que, no seu discurso de posse, pronunciou as seguintes palavras: "Todos aqueles que, durante tantos anos delapidaram os bens do Estado, no sentido de se locupletarem com os valores que ao povo pertenciam e que para se encobrirem tenham impedido todos os meios de crítica — defraudando recenseamentos, falseando eleições perseguindo cidadãos e encarniçando-se através de processos desonestos na defesa do Governo fascista — não podem contar com a complacência deste governador".

##### Setúbal

O ministro da Administração Interna tenente-coronel Costa Brás, conferiu, ontem, posse ao novo governador civil de Setúbal, capitão-tenente Antonio Carlos Fuzeta da Ponte. A cerimónia, muito concorrida de entidades oficiais, militares e civis, decorreu no salão nobre do Governo Civil.

Enalteçando as qualidades de caráter e de aprumo militar do empossado, o ministro Costa Brás disse da confiança que oferecia ao Governo o novo chefe do distrito, pelo que eram de esperar resultados muito positivos do desempenho das suas funções.

O capitão-tenente Fuzeta da Ponte agradeceu a confiança em si depositada, prometendo desempenhar o cargo de maneira a contribuir para o prestígio da cidade e dos conselhos do distrito.

##### Santarém

O ministro Costa Brás deslocou-se hoje, a Santarém, onde conferirá posse, pelas 10,30, ao novo governador civil do distrito, eng. Fausto Sacramento Marques.

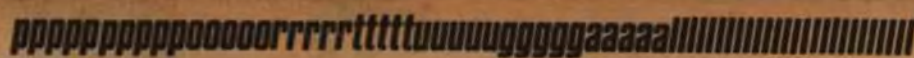
Os quatro outros governadores também recentemente nomeados, para os distritos da Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, serão empossados em datas próximas.

##### Viseu

Tomou posse o novo governador civil de Viseu, eng. Manuel da Silva Almeida. O salão nobre do Governo Civil foi pequeno para comportar o elevado número de pessoas que quiseram assistir ao ato e apresentar cumprimentos ao empossado. Muita gente ficou no corredor e escadarias de acesso ao edifício.

Após a assinatura do respectivo auto de posse, o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, proferiu breve discurso, de que salientamos:

"Neste momento, passou a ter a responsabilidade deste distrito um novo governador. As tarefas que estão à sua frente são importantes. Situam-se em dois campos fundamentais: o de se conseguir que o espírito do 25 de Abril entre nestas terras por um processo evolutivo de democratização e cabe-lhe, também, a promoção das medidas que levem, em tão curto prazo quanto possível, ao progresso económico-social desta mesma região".



## Costa Gomes assume a Presidência

Numa cerimónia simples, no dia 30 de setembro último, no Palácio de Belém, o Gal. Costa Gomes, eleito pela Junta de Salvação Nacional, assumiu o cargo de Presidente da República Portuguesa, em substituição ao seu companheiro de armas, Gal. António de Spínola, a quem teceu grandes elogios.

Referindo-se ao processo de democratização em curso e à crise política por que vem passando a Nação Portuguesa, Costa Gomes proferiu as seguintes palavras:

"Quanto ao curso da democratização do País, se nem sempre tem sido possível evitar desvios a quem aprende o caminho da liberdade autêntica, creio que poderemos continuar a perguntar-nos se outra Revolução no mundo soube ser simultaneamente tão fecunda e tão pouco marcada por sangue, por dores ou por atentados graves ao civismo.

"Há muito a melhorar e a corrigir; pois todos unidos nós o faremos. Nenhum português que ame o Povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos fundamentais do Homem".

Prometendo que seu governo continuaria o Programa do Movimento das Forças Armadas, o novo Presi-

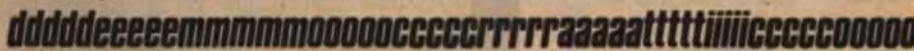
dente prosseguiu confirmando o propósito de criar condições sociais "que permitam ao povo escolher suas instituições políticas, dentro do conceito basililar de democracia pluralista, único que garante espaço para projeção da verdadeira dimensão da dignidade humana".

No que concerne ao processo de descolonização, Costa Gomes prometeu tudo fazer para "respeitar os legítimos interesses das populações locais", procurando desenvolver condições de fraternidade, respeito mútuo e de amizade destas, com o povo português.

Reafirmou ainda o respeito do Governo Provisório pelos Acordos de Lusaca e, no que toca à descolonização de Angola, mostrou-se firme no propósito de aceitar as coordenadas já definidas pela Junta de Salvação Nacional.

Finalizou com as seguintes palavras:

"Deixo-vos a certeza de que as Forças Armadas, militares e militarizadas, se estão integrando rapidamente no espírito novo e vão-se tornando mais aptas a garantir ao Governo Provisório e ao Povo o clima de ordem e liberdade porque ansiamos, para nos dedicarmos ao trabalho com a certeza de que vamos construir um futuro melhor, mais justo e mais democrático".



## Emigração no continente americano

### Canadá

Os democratas portugueses residentes no Canadá, e agrupados no Movimento Democrático Português de Montreal, e na Associação Democrática Portuguesa do Canadá em Toronto, publicaram um longo manifesto, onde fazem um resumo de suas múltiplas atividades anti-fascistas, durante os longos anos de ditadura salazar-caetanista. A maior parte dessas atividades constituiu-se de denúncias dos crimes praticados pelo regime deposto. Atualmente os democratas portugueses do Canadá estão empenhados em alertar os emigrantes sobre o perigo que representam as manobras dos setores reacionários da emigração, que tentarão utilizar-se de todos os recursos de que dispõem, a fim de dificultar o processo de democratização desencadeado em Portugal com o 25 de abril.

### Uruguai

Os democratas portugueses residentes em Montevidéu enviaram ao Presidente da República Portuguesa General Antonio de Spínola, um ofício, onde manifestam seu regozijo pelos acontecimentos de 25 de abril que, segundo eles, "constituem a mais alta expressão de dignidade do Poder

Político da Nação Portuguesa que, por essa via, volta a ocupar o lugar de destaque que historicamente lhe corresponde na convivência das nações civilizadas e um posto de vanguarda, na marcha da humanidade para formas mais avançadas e racionais para solucionar seus problemas". Seguem-se numerosas assinaturas.

### Venezuela

Os democratas portugueses residentes em Caracas manifestaram seu regozijo pelos acontecimentos de 25 de abril, em reportagem feita pelo Jornal "El Mundo" de 26-4-74. A maioria deles encontra-se fora de Portugal há mais de 10 anos.

### Argentina

Segundo informações do nosso correspondente, José de Jesus Pina, residente em Mar del Plata, o 25 de abril foi festejado nesta cidade por alguns membros da colônia portuguesa, apoiados por muitos argentinos e espanhóis, de quem receberam grandes manifestações de solidariedade. A cerimónia realizou-se no Centro Union Aragonesa, uma vez que o Clube Português recusou-se a ceder suas instalações para a referida homenagem ao 25 de abril.



# 46 anos de exílio



João Sarmiento Pimentel é o mais velho dos exilados políticos do antigo governo português. Há 46 anos residente no Brasil, este republicano de 86 anos de idade é um verdadeiro símbolo da resistência ao fascismo. Desde 1927, já no exílio, o velho Comandante nunca deixou de combater, com uma energia que o haveria de caracterizar, os crimes do regime fascista que iria mergulhar o seu país em décadas de opressão e obscurantismo. 1974, 5 de outubro: o velho Comandante realiza um sonho que já julgava inatingível, isto é, festeja, em Portugal a data da Proclamação da República Portuguesa, de cujas lutas participou intensamente.

entrevista de Fernando Lemos

**P. 1. Diga-nos, com sua experiência do Brasil, qual a esperança que deposita no fenômeno "cultura portuguesa" dentro do futuro dos países africanos.**

R. Com a possibilidade de se manter nesses novos países a língua portuguesa. Para tanto, devem Portugal e o Brasil esforçarem-se por esse ponto de contato e legar essa herança como fator básico de entendimentos de toda ordem: culturais, sociais, econômicos e financeiros.

**P. 2 Portugal deu ao Brasil, talvez como única coisa relevante, a unidade do território através da língua. Sendo a história da África como colonização, bem diferente, quais seriam os fatores culturais, a seu ver, mais importantes para a manutenção de um padrão cultural "lusitano", dentro do Continente Africano.**

R. Alguns patriotas do Rio de Janeiro, liderados por aquele cônsul honorário Antonio Amorim e pelo professor, escritor e jornalista Paulo de Castro, já deram o primeiro passo para estabelecer um instituto de cultura e de estudos luso-afro-brasileiros, no Palácio de São Clemente, antiga sede da Embaixada de Portugal. Nós outros, portugueses de São Paulo, cidade de 8 milhões de habitantes, falando a língua portuguesa, devemos conseguir uma organização semelhante, e uma imprensa de esclarecimento para os 600 mil portugueses que existem no Estado, além dos brasileiros e membros de outras colônias que ignoram o alto valor político e social que significa a restauração da República em Portugal, em 25 de abril de 1974.

Quanto à África temos um compromisso, uma penitência, que nos obriga a defender aqueles povos e aquela terra onde

nossos avós andaram 450 anos. Não temos de querer impor um paternalismo "bota de elástico", mas oferecer fraternalmente uma cooperação e até ajuda, àqueles que sempre foram nossos amigos, embora tantas vezes abusássemos de sua pobre existência de servos da gleba. Mas como os portugueses também têm alguns direitos, e merecem ser reconhecidos, não apenas pelos seus feitos, mas também pelas qualidades que possuíram e guardaram, há que pensar numa maneira prática, acessível e urgente de estabelecer ligações e entendimentos para que essas nações, juntamente com a nossa, formem um bloco internacional, que enfrente as ambições das grandes potências. Essa é a missão que compete ao Mov. de 25 de abril.

**P. 3 Acha que os valores culturais do Brasil são europeizantes, ou Portugal não nos transferiu esses valores no período de colonização? Não será o Brasil uma vítima isolada no Continente, falando sozinho o português?**

R. Portugal manteve durante três séculos uma ação colonizadora de padrão europeu e fundo cristianizante. Todavia, o Brasil embora de fundo ou raiz europeia (lusitana) sente a influência econômica e cultural americana. O fato de o Brasil ser o único país da América a falar português, não representa nenhum inconveniente: antes estabelece um predomínio de idioma no continente sul-americano e será, sem dúvida, uma potência de muitos milhões de almas, povoando estes 8 milhões de km<sup>2</sup>, que já hoje possuem 100 milhões de habitantes.

**P. 4 Acredita que a África que os portugueses colonizaram,**

construa o seu futuro sobre esses dados culturais, ou vão apenas prevalecer os seus tradicionais fenômenos de uma civilização, há séculos oprimida, e sobre a qual só eles, os africanos, sabem meditar?

R. Depende da ação política, cultural, econômica e social dos brasileiros e dos portugueses, sobretudo do Brasil, dado o seu adiantamento e progresso industrial contemporâneo. Não quer dizer que os países africanos deixem de ir buscar à raiz milenar da sua civilização, tradições e costumes que, indubitavelmente, lhes são caros. Os russos, ao constituírem a União das Repúblicas Socialistas, respeitaram as tradições, a língua, os costumes, a religião dos povos que se associaram para a formação do seu atual Império. Nem por isso deixaram de o constituir.

**P. 5 Fale do seu orgulho republicano, de ver que o povo português voltou a marcar presença com dignidade na política internacional. E que está encontrando homens à altura da situação, para o conduzir oficialmente.**

R. A República, fundada em 5 de outubro de 1910, foi de um idealismo quase ingênuo e não soube aproveitar a esperança e a confiança do povo português, para uma instituição política de caráter definitivo. Descuidou a ação social e permitiu que a burguesia argentária e retrógrada estabelecesse um ambiente de confusão e de descontentamento das massas que foi aproveitado para aquele desastre apocalíptico do 28 de maio de 1926. Hoje a gente nova sabe bem que a liberdade e a democracia não são pretextos para os pobres continuarem mais pobres e os ricos, mais ricos. Daí, essa mentalidade progressiva e culta, política e socialmente falando, que hoje pontifica nos destinos e problemas de Portugal. A herança recebida do tenebroso Estado Novo é igual ou pior àquela que a dinastia filipina legou aos portugueses em 1640. Os novos, os chamados capitães da Junta Militar, estão a par das idéias políticas e sociais que formam os países desta nova era, chamada nuclear. Eu considero irreversível a sequência da Revolução de 25 de abril, embora tenha a certeza de que tudo quanto é reacionário, burguês, capitalista, não deixará de tentar a volta ao reino cadaveroso. Eles, os reacionários, farão o possível por manter em Portugal, o medo do comunismo, vigiar que o fradilhão de Santa Comba pregou durante meio século, do seu púlpito "pidesco" e das sacristias da Cova da Iria, onde o Cardeal Cerejeira permitiu até a heresia de se vender à porta da Igreja um santinho a que chamava o Salvador de Portugal e que era, nem mais, nem menos, a vera efigie do referido fradilhão.

**P. 6 O seu 5 de outubro de 1910 coincide em mês e em década com a Revolução Russa. Como consequência de ambas, o governo português é hoje aberto a princípios políticos considerados tabus pela burguesia tradicional. Diga-nos se tem algum receio dessas aberturas no futuro de Portugal.**

R. Este 5 de outubro não é só o da Revolução Portuguesa. E não é só da Revolução Russa. É também aquele do Tratado de Zamora, em que Afonso VII de Leão, no séc. XII, reconheceu a independência de Portugal. Data história para nós e também para o leste europeu, que obteve com a Revolução Russa um espetacular progresso tecnológico e humanístico. Não temos de ter medo do que se passa na casa dos outros, desde que a nossa esteja em condições de proporcionar aos seus moradores, as regalias que a liberdade permite ao povo e as condições de vida que lhe garantem a alegria de viver. Nós vivemos há 8 séculos como vizinhos de um país onde a política e os interesses internacionais estão muitas vezes em oposição à nossa maneira de ser. E nem por isso, deixamos de ser portugueses.

**P. 7 Quase limitamos a nossa entrevista à causa da África. Porque o assunto parece-nos mais inquietante visto daqui e para um jornal daqui. Os portugueses do Brasil necessitam de informação. Eles já têm a seu favor a experiência de viver num país tornado independente. Acha que poderão, como brasileiros, conscientizar-se do Portugal novo e da África nova?**

R. Os portugueses do Brasil, dos princípios do sé. XIX eram bem mais inteligentes do que estes do séc. XX, residentes em África. Aceitaram, defenderam e colaboraram na independência do Brasil, e aqui continuaram vivendo com mais regalias ainda do que lhes dava a Côorte. Os da África não viram que o sol, quando nasce, é para todos e, assim, perderam uma oportunidade de consolidar aquela denominação de Grei colonizadora, que merecia a categoria de ser reconhecida em todo o Continente como anti-rascista. Não quer dizer que toda essa gente que andou pelo mundo descobrindo, mas combatendo, roubando e vivendo, fosse uma legião caída do céu aos trambolhões, para felicidade dos povos autóctones; mas, dentro do espírito de sua época, e daquela mentalidade que existiu desde os descobrimentos até ao liberalismo, foi sem dúvida a menos criminosa, a menos sanguinária, a mais condescendente e a mais humana. Não podemos comparar as atitudes e as noções de fraternidade que havia há séculos àqueles que hoje defendemos e adotamos. Eu pensei que os meus patriotas residentes na África, onde estive, e onde procurei defender a ameaça do domínio alemão, em 1914, tinham como eu, aspirações de ver surgirem novas e prósperas nações independentes, a serem uma realidade ainda no meu tempo. Outros Brasis, evidentemente, com os povos que ali existem e que nós devemos ajudar a serem senhores dos seus destinos, de suas aspirações, das suas justiça e direitos. Não aconteceu assim e vamos correr o risco de em algumas dessas nações, poderem viver, progredir e trabalhar, povos de todos os continentes, menos os portugueses. Isto não é pessimismo, mas uma advertência.



# Homenagem a Bento de Jesus Caraça

ddddddeeeemmmmmoooooccccrrrrrraaaaattttiiiiiccccooooo

A Imprensa e outros órgãos de Informação deram grande relevo à passagem do 26º aniversário da morte do Prof. Dr. Bento de Jesus Caraça. Os seus amigos e admiradores, num texto distribuído no dia 25 de junho afirmam nomeadamente:

"Grande professor, extraordinário educador e defensor dos oprimidos". E, logo a seguir: "Português de impecável conduta, foram essas suas singulares virtudes que lhe mereceram a mais abominável perseguição por parte das autoridades fascistas".

O Prof. Bento Caraça era filho de um casal de trabalhadores rurais de Vila Viçosa. Morreu com 47 anos.

A sua carreira universitária foi fulgurante quanto o seu talento impunha: tendo-se licenciado em 1923, já antes, ainda estudante, fora convidado para assistente. E apenas com 28 anos era professor catedrático e regia, entre outras, a carreira de Matemáticas Superiores. E, a par disso, foi desenvolvendo sempre uma extraordinária ação cívica e cultural.

E foi na sequência desta ação que Bento Caraça desempenhou também um notável magistério na Universidade Popular Portuguesa, contribuindo de modo notável, nesse campo em outros campos, para a formação de muitos cidadãos e antifascistas. Ainda neste aspecto há também que salientar a obra que promoveu como criador e diretor da Biblioteca Cosmos, que durou até à sua morte e publicou 145 volumes sobre os mais diversos temas, a baixos preços e com meros intuítos pedagógicos.

Ao mesmo tempo que desenrolava esta grande obra, que fundava e dirigia a *Gazeta de Matemática*, fundava o *Globo* logo proibido pela Censura, colaborava na *Seara Nova*, *Vértice*, *O Trabalho*, *Liberdade*, etc., publicava obras científicas da maior importância e ensaios filosóficos que o credenciavam como um dos mais representativos nomes do racionalismo moderno.

Assim, Bento de Jesus Caraça vive intimamente ligado aos movimentos que se batiam contra o regime recentemente destruído.

Dentro das cerimónias efetuou-se uma romagem à campá de Bento Caraça tendo usado da palavra vários oradores.

O poeta José Gomes Ferreira escreveu a seguinte nota evocativa no *Diário de Notícias*:

"O adjetivo fascinante, embora já com o brilho muito gasto pelo tanto uso desatento, ainda parece ser o mais próprio para definir a personalidade de Bento Caraça.

Camponês mal escondido no quotidiano da cidade, lábios estreitos para tornar as palavras voluntárias, como sempre que encontrava alguém de quem gostava, lançava para o mundo o seu sorriso inteligente — e saudava-me:

— Olá, poeta!

Entre nós havia esse pacto de convívio. Ambos representávamos — atores provisórios do Eterno Diálogo das duas línguas, tão desiguais por fora, mas afinal tão misteriosamente enlaçadas: a matemática e a poesia.

Eu simulava o poeta anarquista, refilão, desordeiro, imprecaador. Ele, o homem que se fingia pasmado com a minha fantasia à solta.

Para isso bastava-me repetir as brincadeiras do costume, algumas — vamos lá — bem pouco originais. Descrevia-lhe, com pormenores de ocasião, as minhas invenções mais recentes: a máquina de fabricar angústia, as bigornas de prata irreal onde se forjavam estrelas para substituir as que iam secando no céu, os altos fornos de fundir coisa nenhuma...

— Oh! Este poeta! Este poeta!

E ria, feliz por haver imaginação no mundo, arte, música, poetas desordenadores da vida parva...

Mas quando nos separávamos — coisa curiosa — eu sentia que o verdadeiro poeta era ele. Aquele homem superior onde sempre encontrei apenas um único desejo de missão: o de viver como se cumprisse um ato poético.

E cumpriu.



Um intelectual  
a serviço do povo



## Emigrantes saúdam país novo

No dia 11 de agosto último realizou-se, no estádio 1.º de Maio, em Lisboa, um grandioso comício-festa, homenagem de apoio dos emigrantes portugueses às Forças Armadas, ao Governo Provisório e às forças democráticas.

Foram horas de autêntica confraternização, as vividas pelos milhares de emigrantes que das mais diversas partes da Europa vieram ao encontro de um novo País.

Não faltou, por outro lado, o abraço fraterno dos que cá estão. Desde a primeira hora se gerou um movimento de apoio à manifestação, em que sobressaíram o Movimento Democrático Português, os partidos da Coligação Governamental e a Intersindical, a par do Movimento Democrático das Mulheres, do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos e do Movimento da Juventude Trabalhadora.

Paralelamente, a Secretaria de Estado da Emigração, recentemente criada, lançou uma campanha de boas-vindas aos cidadãos que visitavam agora o seu país livre.

Pouco depois das 13 horas, grupos de emigrantes chegavam à Alameda D. Afonso Henriques e Praça do Chile, locais indicados para a concentração. Vieram em camionetas, em automóveis, em que sobressaíram as matrículas francesas, e transportes públicos.

Muitos cartazes indicavam os locais dessa vasta Europa, onde foram encontrar uma melhor forma de ganhar a vida. De Dortmund, na Alemanha, a Orléans, no coração da França, passando por outros países e outros continentes, todos os portugueses que ali labutam estavam representados, unânimes a vitoriarem o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório.

O desfile em direção ao Estádio 1.º de Maio teve início pelas 14 horas. A imensa gente caminhava e gritava continuamente. Das janelas dos edifícios das avenidas choviam aplausos, numa manifestação de fraternidade por todos sentida. Subliu-se depois a Avenida dos Estados Unidos, em direção ao Estádio, onde, ao mesmo tempo, chegavam também

outros manifestantes, que para ali diretamente convergiram.

Faltavam cinco minutos para as 15 horas quando as primeiras filas do cortejo entravam os portões do estádio pela Avenida Rio de Janeiro, perante a aclamação dos outros largos milhares que já ali se encontravam, nas bancadas, ou aproveitando as sombras das árvores que margina o campo de jogos.

A poucos metros de distância da bancada central, erguia-se um vasto palco, que mais tarde serviria para a atuação dos muitos artistas que se associaram à festa dos emigrantes. Entretanto, subiram para ali as duas bandas de música, da Carris e do Montijo, que tocaram marchas, sempre acompanhadas pelo vasto coro dos manifestantes.

A bancada central, chegavam também as individualidades convidadas para o comício. Assim, cerca das 15,45, chegavam, acompanhados das respectivas esposas, o general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e o primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves. Aplausos prolongados sublinharam a entrada dos dois militares. As duas bandas, atuando conjuntamente, arrancaram também com "Grândola, Vila Morena", um símbolo da Revolução de Abril, que as vozes do povo acompanharam. A palavra de ordem "Unidade, Unidade" fez-se ouvir durante momentos, sobrepondo-se a outras que enalteciam a paixão partidária. Não tardou, também, a ser gritada essa estrofe, nascida na manhã de 26 de Abril, aos portões do Forte de Caixias: "O Povo unido jamais será vencido".

Entre outras individualidades que se apinharam na tribuna principal viam-se alguns membros do Conselho de Estado, como os comandantes Almada Contreiras e Trigueiros Crespo, os capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares, e diversos elementos do Movimento das Forças Armadas. Também ali estavam alguns membros do Governo: ministros Costa Martins, Rui Vilar e Álvaro Cunhal; secretários de Estado Pedro Coelho, Mário Ruivo e Esteves Belo



## Moçambique: Joaquim Chissano toma posse

Joaquim Chissano, considerado o "número três" na hierarquia da Frelimo, a seguir a Samora Machel e a Marcelino dos Santos, tomou posse no dia 21 de setembro em Lourenço Marques, da chefia do novo governo de Moçambique, de que fazem parte seis Ministros designados pela Frelimo (um dos quais branco, o dr. Rui Baltazar dos Santos) e três designados por Portugal. Trata-se de um governo de transição, destinado a administrar aquele Estado até à proclamação da independência completa, prevista para junho de 1975, conforme o preceituado nos acordos de Lusaka.

Os Ministros da Frelimo são, além do dr. Rui Baltazar dos Santos (Justiça), Armando Guebuza (Administração Interna), Oscar Monteiro (Informação), Mário Fernandes (Coordenação Económica), Mariano Matos (Trabalho) e Cideon Ndobe (Educação) todos os cinco africanos. As pastas atribuídas a Ministros portugueses couberam ao dr. António Joaquim Paulino (Saúde e Assuntos Sociais), eng. Luís Alcântara Santos (Obras Públicas e Habitação) e Tenente-Coronel Eugénio Baptista Pícolo (Comunicações e Transportes).

Na tomada de posse, a que presidiu o Ministro sem Pasta do Governo Provisório português, Major Melo Antunes, estiveram presentes delegações das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana, da Tanzânia, da Zâmbia, da Argélia, da Somália, da Guiné-Conakry, da Guiné-Bissau e dos Camarões.

Tomou posse na mesma ocasião a Comissão Militar Mista, encarregada de vigiar pela aplicação do cessar-fogo e constituída por elementos portugueses e da Frelimo: Brigadeiro João Pizarro Rangel de Lima, Comodoro Mário Esteves Brinha, Brigadeiro António José da Costa Pinto, Alberto Joaquim Chipande, Jacinto Soares Veloso e Sebastião Chinguane Mabote.

Uma mensagem do presidente da Frelimo, Samora Machel, que se mantém na sede do movimento, em Dar-Es-Salam, foi lida no decorrer da cerimónia. Nela se afirma o propósito de transformar Moçambique numa democracia popular, anunciando-se que vai ser utilizada uma linha de orientação socialista para construir a nova sociedade moçambicana, cuja vida será guiada por organizações coletivas e células da Frelimo.

Por seu turno, o Alto-Comissário da República, Contra-Almirante Victor Crespo, salientou que "as forças progressistas portuguesas e moçambicanas estão irmanadas numa luta comum: a libertação dos seus povos".

## A SITUAÇÃO DE ANGOLA OCUPOU O CONSELHO DE MINISTROS

A situação em Angola foi exposta dia 3 do corrente ao Conselho de Ministros, reunido sob a presidência do Chefe do Governo, Brigadeiro Vasco Gonçalves, pelo presidente da Junta Governativa daquele Estado, Almirante Rosa Coutinho, que veio a Lisboa para uma visita de dois dias, relacionada, sobretudo — conforme declarou à chegada — com os recentes acontecimentos políticos que culminaram com a renúncia do Presidente António de Spínola.

Entretanto, em Lusaka — onde é hóspede do Presidente Kaunda, da Zâmbia, juntamente com Samora Machel, presidente da Frelimo — o dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, ou Movimento Popular de Libertação de Angola, afirmou que "o processo de descolonização de Angola não está sendo visto à luz dos princípios que conduziram ao aparecimento de novos Estados em África, na medida em que o problema angolano foi recentemente submetido a numerosas manobras enganadoras, as quais não estão desligadas das potencialidades de Angola, bem como da sua posição geográfica e estratégica".

Agostinho Neto advertiu, ainda, que "quaisquer negociações sobre o futuro de Angola sem a participação do MPLA seriam inúteis e equivaleriam a perpetuação da guerra".

Em Luanda, voltou a haver agitação provocada pela reação, com o rebentamento de cargas explosivas em vários locais da cidade, de que resultou o internamento de três feridos no hospital.

## MADINA DO BOÉ SERÁ A CAPITAL DA GUINÉ-BISSAU

— A cidade de Madina do Boé, onde foi proclamado em 24 de Setembro de 1973, o nascimento do Estado da Guiné-Bissau, será a capital política da República da Guiné-Bissau, confirmou dia 16 de setembro numa conferência de imprensa, Juvêncio Gomes, delegado da P.A.I.G.C. em Bissau e "maior" designado desta cidade.

É a primeira vez que o P.A.I.G.C. confirma a mudança da capital, que até agora não passava duma hipótese. Segundo Gomes, esta decisão não foi tomada por razões de segurança, mas sim porque Madina do Boé é, simultaneamente, o símbolo histórico da Guiné-Bissau em luta contra Portugal e o centro duma região onde o Governo prevê um importante desenvolvimento económico, agrícola e mineiro.

Gomes sublinhou que o Governo ia transformar o acampamento de guerra, que é atualmente a futura capital, numa cidade autêntica, talvez mais importante que Bissau. Os primeiros edifícios administrativos e diplomáticos já estão sendo construídos.

O Governo ainda não decidiu qual será o futuro da cidade de Bissau no plano nacional, mas Gomes exprimiu a ideia de que Bissau poderia continuar com certos ministérios, em virtude da sua importância económica e portuária.

Não é a primeira vez que um país edifica a sua capital, pois a Turquia, o Brasil e a Mauritânia já fizeram o mesmo.

Também não é uma decisão sem precedentes para a Guiné-Bissau: esta cidade só passou a ser capital do país depois da segunda guerra mundial. No período anterior, a capital era Bolama, cidade situada na costa sudoeste do país, e que foi, sucessivamente, inglesa e depois portuguesa, após arbitragem do presidente americano Ulisses Grant, cuja estátua se ergue entre os palácios ingleses e portugueses.

A nova modificação, que acaba de ser confirmada, poderia traduzir-se também numa modificação do papel da capital. Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, declarou em Agosto que para evitar concentrações urbanas num país onde a economia rural é preponderante, a administração seria descentralizada.

Por fim, esta mudança de capital permite também perguntar se a Guiné-Bissau não virá a mudar de nome, como aconteceu já com tantos países africanos.

## MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-DIVÓRCIO

Dez mil pessoas reuniram-se (em julho último) no Pavilhão dos Desportos a fim de se manifestarem a favor da revogação pura e simples do artigo 1790.º do Código Civil, que dispõe não poderem ser dissolvidos por divórcio os casamentos católicos celebrados desde 1 de Agosto de 1940. É seu objetivo ainda: a conversão imediata em divórcio de todas as separações judiciais de pessoas e bens (salvo se os interessados requerem o contrário), independentemente da data em que as respectivas sentenças hajam sido proferidas; e a abolição pura e simples da condição de filho ilegítimo e das normas que restringem os seus direitos.

Aberta a sessão, falou o eng.º Oliveira Soares que, depois de salientar a hora de exaltação da Pátria pela reconquista das liberdades perdidas, declarou que se encontravam todos ali reunidos para protestar veementemente contra a espoliação de um direito que a Constituição Política da Nação concedeu a todo o cidadão português. Deste modo — prosseguiu — como esse direito é irrenunciável, cometeu-se um dos maiores atropelos à moral pública. "Como foi então possível o atropelo cometido à Constituição, na alienação do direito que tem todo o cidadão de poder perante a desagregação do seu casamento recorrer ao divórcio?"

Seguiram-se no uso da palavra vários outros oradores, nomeadamente o Cônego Dr. Urbano Duarte que, afirmou:

"É estranho que um padre de Coimbra concordasse em que o seu nome constasse na lista do Movimento Pró-Divórcio. Eu tenho de apoiar este movimento, à luz da consciência e moralmente. Peço aos católicos do meu país que não se escandalizem. Não venho fazer o elogio do divórcio. O que não concebo é que uma lei do Estado, por motivo religioso, tolha o direito comum a qualquer cidadão.

E também não concebo que a Igreja do Vaticano II continue agarrada às disposições tomadas há 34 anos entre a Santa Sé e Portugal".

Prosseguindo, disse: "Eu faço a minha profissão de fé de padre católico, mas também devo dizer o seguinte: nós hoje não concebemos que a Igreja, para levar os crentes ao caminho da santidade e à promoção de fidelidade, tenha de recorrer ao Estado. E também não quero que o Estado, que gere os interesses temporais de todos, conceda qualquer espécie de privilégio à Igreja. Realidades políticas e religiosas são autónomas e independentes. E por defendermos a liberdade religiosa não concordamos que permaneça o tal artigo da Concordata. Custa-me a falar em divórcio, mas quando nos lares não haja união, não há lei nenhuma que obrigue essas pessoas a viverem juntas".

E a terminar, salientou: "Uma coisa é ideal: um só corpo e uma só alma, mas quando essa unidade fraccassou é que não concebo que o cidadão português não possa agarrar-se à última tábua para se salvar".

## REVOGADA UMA DISPOSIÇÃO QUE IMPEDIA AS MULHERES DE EXERCEREM CERTOS CARGOS DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

As alterações ao Código Administrativo ultimamente aprovadas em Conselho de Ministros, referem-se, como já tivemos ocasião de assinalar, à revogação do § 4.º do artigo 488.º e ao aditamento de um número ao artigo 407.º. Segundo a disposição agora revogada do citado Código, nos concursos de provimento dos lugares de secretários dos Governos Civis, chefes de secretaria, agentes do Ministério Público junto das auditorias, e bem assim dos que envolvam exercício de funções de autoridade, só podiam ser admitidos candidatos do sexo masculino. Ao justificar a revogação em causa, o diploma agora enviado para o "Diário do Governo" e que a determina, indica: "Com a publicação do Decreto-Lei 251/74, de 12 de Junho, que facultou o acesso de cidadãos portugueses do sexo feminino aos cargos judiciais ou do Ministério Público e aos quadros dos funcionários da justiça, deu-se início, como no próprio preâmbulo se refere, à repartição de uma injustiça histórica. Contudo, em outros setores da nossa Administração existem igualmente preceitos legais que impedem indivíduos de sexo feminino de ocuparem determinados cargos. Concretamente, no que respeita aos funcionários administrativos, o § 4.º do art. 488.º do Código Administrativo determina que a certos lugares, que enumeramos, só podem concorrer candidatos do sexo masculino. Urge, assim, pôr cobro a esta situação também injusta".

Quanto ao artigo 407.º do Código Administrativo, trata-se da definição da incumbência dos governadores civis, dando-lhes o aditamento a faculdade de exercerem os poderes da competência originária do ministro da Administração Interina que neles forem delegados.



— PORTUGAL DEMOCRÁTICO

## 5 de outubro

O 5 de Outubro foi comemorado em São Paulo na Casa de Portugal, tendo comparecido cerca de 850 pessoas. No Rio de Janeiro realizou-se um jantar, no Clube Ginástico Português. No próximo número faremos ampla reportagem do 5 de outubro em Portugal e no Brasil. A foto acima reproduz a comemoração em São Paulo.



# Liberdade sem atropelo

"Liberdade não significa atropelo ou desrespeito da lei e dos seus agentes, pois que sem lei não existe sociedade organizada e a lei deve salvaguardar a liberdade. Ser livre, então, não significa cada um poder fazer indiscriminadamente aquilo de que muito bem se lembra. Significa sim, pluralismo de opiniões, mas um pluralismo responsável".

Estas palavras foram proferidas pelo ministro da Administração Interna, ao conferir posse ao novo diretor-geral de Administração Local, Manuel Pereira, inspetor superior do quadro administrativo daquele departamento e que ultimamente era diretor do Gabinete de Estudos de Administração Local. Assistiram ao ato o novo subsecretário e elevado número de funcionários do Ministério e várias individualidades civis e militares.

Disse o tenente-coronel Costa Brás que as suas preocupações se situam, neste momento, em três grandes grupos, que enunciou fora de qualquer qualificação de prioridade: a consolidação da tranquilidade cívica; o revigoramento, valorização e dignificação da função pública; e a normalização e eficiência da vida administrativa local. "De fato e quanto ao primeiro ponto — afirmou — não podem existir equívocos quanto ao significado da liberdade que o 25 de Abril trouxe a este País. O uso da liberdade, por parte de cada pessoa, permite avaliar até da sua formação cívica. É que o uso do direito a liberdade por um cidadão não pode ferir os direitos gerais do seu vizinho que, como ele próprio o entenderá por si, quer viver respeitado e tranquilo".

"Ter o direito de ser livre — acrescentou — implica ter o dever de respeitar o mesmo direito do seu semelhante. Lógico será admitir e aceitar que os desvios à justa concepção da liberdade têm de ser corrigidos e que a própria população assim o deve entender e colaborar nessa correção. Aqui se situam as medidas que para muito breve serão tornadas públicas quanto ao exercício da venda ambulante — tão espalhada e abusada e naturalmente reprovada, especialmente em Lisboa —, quanto à realização de manifestações e reuniões e quanto à legitimidade da associação nos amplos termos que o 25 de Abril veio permitir".

## O DESPRESTÍGIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Quando ao revigoramento, valorização e dignificação da função pública, sublinhou que se tem tornado cada vez mais notório o anquilosamento estrutural dos organismos públicos e um retrocesso na qualificação média, em especial dos seus quadros, resultante do confronto da sua situação com as propostas mais aliciantes por parte das entidades privadas. Observou:

"Em consequência, constata-se aí, há bastante tempo, um decréscimo quer em termos de eficiência, quer de eficácia, apesar dos esforços relevantes dos que, sentindo embora o desprestígio da função, a ela se dedicam, diria quase por devoção e carolice, relegam para plano secundário as melhores condições que lhes são oferecidas noutros setores. São os que trabalham, sofrem e pouco podem. Devemos ser nós, os que governamos, a pensar neles. Para esses, os que põem a Causa Pública acima de si mesmos vai o meu reconhecimento e muito apreço a promessa do estudo urgente das reformas necessárias, mas para o qual não posso definir prazo. Não é minha regra ficar em promessas. Só que a complexidade do problema é extremamente elevada como sabem

No que toca à normalização e eficiência da vida administrativa local, assinalou que tal preocupação assume relevância particular no atual contexto e considerou que o País "caminha em passos largos no processo de democratização, que terá expressões objetivas e culminantes nas eleições previstas para março do ano que vem". E precisou que constitui tarefa premente e prioritária, neste momento, a nomeação dos governadores civis, o que, de resto, já se iniciou, declarando:

"É assim que, na nomeação dos governadores civis, me preocupo mais com as características das pessoas e da área do que com a sua eventual filiação partidária. Na verdade, eles serão o garante, perante o ministro e o Governo, da regularidade da vida administrativa local, de que são intransigentemente defendidos os interesses legítimos das populações de cada autarquia e de que, quem se encontra à frente de cada uma delas, representa efetivamente essas populações e procede como tal. O governador civil zelará firmemente, dentro da sua esfera de ação, pela legitimidade e isenção de ações e finalidades, na linha de um processo de democratização, e nisso deverá dar exemplo. As autarquias, no seu âmbito, é cometida a responsabilidade de proceder rigorosamente de igual modo, sem o que a sua idoneidade será natural, concreta e fundamentalmente posta em causa".

Concluindo, disse que da ação de quantos servem no Ministério, do subsecretário e do diretor-geral ao mais modesto funcionário, cuja boa colaboração exortava, pedia e esperava, depende "a prossecução dos objetivos a que nos propomos, para um Portugal livre e melhor, um Portugal renovado e feliz".

# As vigarices do Tenreiro

Durante longos anos, quando se falava da pesca, do abastecimento de peixe ao País, do aumento dos preços do peixe, etc., o nome de Henrique Tenreiro surgia imediatamente na nossa mente.

E porque? Fundamentalmente, porque se sabia ou se suspeitava que ele estava presente em todos os aspectos da vida do setor, que punha e dispunha em todos os campos, que ele e poucos mais determinavam, a seu bel-prazer, a vida de milhares e milhares de homens e famílias ligadas à atividade piscatória.

É altura então, de analisar a ação perniciosa de Henrique Tenreiro, de vermos quanto ela custou ao País, de a tornarmos pública.

Para isso, começaremos por estudar a forma como estava organizado o setor de pesca do arrasto, a maneira como ele o dominava completamente, a forma como o utilizou em proveito próprio, e o estado em que o deixou.

Na pesca do arrasto interferiam vários serviços e organismos. Assim tínhamos:

Direção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo, Junta Nacional do Fomento das Pescas, Comissão Consultiva das Pescas, Junta Central das Casas dos Pescadores, Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca e Grémio dos Armadores da Pesca do Arrasto.

Dependentes do Grémio encontravam-se ainda: Serviço de Abastecimento de Peixe ao País (S.A.P.P.), Mútua dos Armadores da Pesca do Arrasto (M.A.P.A.) e Cooperativa dos Armadores da Pesca do Arrasto (C.A.P.A.).

Vejamos agora como Henrique Tenreiro dominava completamente toda esta organização.

Ele era: Presidente da Junta Nacional do Fomento das Pescas, Membro da Comissão Consultiva das Pescas, Presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, Presidente do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca.

Além destes cargos, Henrique Tenreiro era também delegado do Governo fascista na Cooperativa dos Armadores da Pesca do Arrasto, na Mútua dos A.P.A., na S.A.P.A., na DOCAPECA, na GELMAR, na ARAN, na ARPEN, na Sociedade Portuguesa de Pescarias Restelo, na Sociedade de Pesca "O Exportador", e em vários órgãos da Corporação (Conselho de Pesca e Conservas, Conselho da Corporação, Conselho da Seção de Conservas de Peixe e na Direção).

Como se vê nenhum órgão de direção no setor das pescas escapava à ação onipresente de Henrique Tenreiro.

Por outro lado, observa-se que muitos destes organismos ou sociedades tinham participações financeiras, em muitas outras empresas ligadas à atividade piscatória, o que levava a situações de total dependência e controle absoluto.

Assim o Grémio dos Armadores de Pesca de Arrasto tinha participações financeiras nas seguintes sociedades: Sociedade dos Armadores de Pesca de Arrasto, ARAN, ARPEM, DOCAPECA, SOFRIO.

A Cooperativa dos Armadores de Arrasto tinha participações financeiras na: SAPA, GELMAR, DOCAPECA, SOFRIO, FRIGARVE.

Por sua vez a S.A.P.A. Sociedade dos Armadores de Pesca de Arrasto) estava presente na: TRANSFRIO, GELMAR, DOCAPECA, Frigorífico de Matosinhos, SOFRIO, SUPEL, Sociedade Portuguesa de Pescarias do Restelo, Sociedade de Rep. de Navios, Estaleiros Navais de Pedrouços.

Os exemplos desta natureza podiam-se alongar muito mais, mas os apresentados parecem-nos suficientes para mostrar que existia uma forte rede que envolvia toda a atividade piscatória, onde Henrique Tenreiro era um elo dominante e fundamental.

## Lucros exorbitantes

Analisemos agora alguns destes organismos ligados ao setor da pesca. Começemos então pelo Grémio, uma das principais organizações de todo o edifício corporativo.

Sobre o valor líquido ou sobre a receita líquida do pescado o Grémio lançava taxas que, em 1969, por exemplo, lhe renderam 33.275 contos. Em nenhuma outra atividade económica as taxas de natureza corporativa atingiam tão elevado montante.

Tal fato só podia determinar ou a falência de muitas empresas ou então aumentos e preços que o consumidor era obrigado a suportar. Uma e outra coisa verificaram-se.

Evidentemente que não vamos falar aqui dos aumentos dos preços observados pois esses são conhecidos e sentidos por toda a gente. Interessa fundamentalmente é analisar a situação que levou esta indústria à organização corporativa e à política de Henrique Tenreiro.

Já em 1970, cinco das principais sociedades deste setor encontravam-se em situação de falência técnica, e outras seis estavam numa situação financeira muito difícil.

A continuação da sua atividade tem sido possível ou à custa de empréstimos obtidos através do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca (Interessa observar aqui que nem foram respeitados o Regulamento deste Fundo, pois foram concedidos empréstimos a empresas falidas pela Caixa), ou por meio de subsídios dados pelo Governo fascista.

Em 1970, por exemplo, a dívida das empresas deste setor ao F.R.A.I. ultrapassava os 421.000 contos, sendo 126.000 das onze empresas referidas anteriormente.

## Subsídios do Governo

Vejamos agora a questão dos subsídios, ou seja dinheiros "oferecidos" pelo Governo fascista. Por exemplo, entre 1967 e 1969, portanto em três anos apenas, os subsídios concedidos atingiram 123.368 contos, dos quais 106.718 foram dados ao Grémio dos Armadores de Pesca de Arrasto e 16.650 à Junta Nacional de Fomento das Pescas.

É esclarecedor observar que 69.478 contos dos 106.718 contos concedidos ao G.A.P.A. destinavam-se a serem dados à A. Guelfi e C. Survif, uma empresa francesa que à custa de alguns milhares de contos conseguia obter autorização de funcionários da Mauritânia para barcos portugueses pescarem nas águas deste país, o que era proibido. Suspeita-se que parte do subsídio concedido pelo Governo fascista não tenha chegado às mãos daquela empresa.

Mas os subsídios concedidos pelo Estado não se limitaram apenas a estes. Parte do dinheiro arrancado aos trabalhadores através dos descontos para o Fundo do Desemprego foram utilizados para conceder subsídios a este setor. Por exemplo, foi concedido um subsídio às empresas armadoras, através daquele Fundo, para a construção de arrastões congeladores (1.000 contos por navio).

## Monopólio de frio

Vejamos ainda outros exemplos da atuação de Henrique Tenreiro no Setor da Pesca.

Parte da rede de frio de peixe congelado foi construída através de subsídios concedidos pelo Fundo de Abastecimento, portanto um organismo do Estado. Apesar disto, o Grémio, a SAPP e DOCAPECA alugaram a rede de frio em exclusivo à GELMAR, uma empresa do grupo, impedindo assim que outros armadores não sócios da GELMAR se interessassem pela captura de peixe para congelação.

E como já não fossem suficientes as taxas lançadas pelo Grémio, ainda existia o chamado "terrado", uma taxa de 3 por cento, sobre o valor líquido do pescado, que se destinava à DOCAPECA. Esta é uma sociedade criada para explorar a Doca de Pedrouços e respectivas instalações da lota, e em que grande parte do capital pertence aos Grémios dos Armadores de Arrasto e de Sardinha e à Junta Central das Casas dos Pescadores.

## Urgente apurar os crimes

Estes são apenas alguns dos aspectos resultantes da ação de H. Tenreiro e do seu grupo, em íntima associação com o Governo fascista, no setor das pescas. Outros, procuraremos torná-los públicos em futuros artigos. No entanto, o que se conclui rapidamente de qualquer análise desta natureza, é que é urgente a criação de uma COMISSÃO NACIONAL PARA APURAR CRIMES COMETIDOS PELOS CHEFES DO FASCISMO, à semelhança daquela criada pela Ordem dos Advogados para preparar o julgamento dos pléides, constituída por economistas e juristas independentes.

O POVO PORTUGUÊS TEM O DIREITO DE SABER TUDO AQUILO QUE FOI FEITO EM SEU NOME E CONTRA OS SEUS INTERESSES DURANTE TANTOS ANOS. NADA DEVE SER ESCONDIDO AO POVO

Eugénio Rosa





## Trás-os-Montes, o fim da estagnação

Considerada a zona mais deprimida do território português, a região de Trás-os-Montes é um dos mais marcantes exemplos da herança legada pelos 48 anos de fascismo: isolada pela falta de estradas em condições razoáveis de utilização e estagnada economicamente, a região perdeu, na década de 1960, 20% de sua população, que partiu em busca de melhores condições de vida. Para os que ficaram, as perspectivas agora são bem mais entusiasmantes. O governo português, segundo informou o secretário da Agricultura, Alfredo Esteves Belo — em sessão de trabalho realizada no município de Bragança — investirá 350 mil contos (105 milhões de cruzeiros) na região, para libertá-la da nuvem obscura do sub-desenvolvimento.

O secretário de Estado iniciou em Bragança uma ação de diálogo e de esclarecimento com as diferentes entidades ligadas à agricultura, lembrando que o setor agrícola afeta as condições de vida do povo português, particularmente das classes menos favorecidas, cuja melhoria constitui uma das diretrizes e preocupações do Governo Provisório. O rendimento da população agrícola ativa no País é muito reduzido, mesmo incluindo todos os que participam no setor — trabalhadores, pequenos, médios e grandes agricultores. Assim se explica a fuga das populações camponesas quer para as cidades, quer para o exterior: na década de 60, cerca de 2 milhões de portugueses abandonaram as terras.

Esteves Belo considera também que as estruturas produtivas estão estagnadas, é inexistente a gestão empresarial, é baixo o consumo de fertilizantes, assim como é reduzida a mecanização. Não é de admirar, portanto, que Portugal possua um dos mais baixos níveis de produtividade agrícola da Europa. A deficiência dos circuitos de comercialização onera extraordinariamente o preço dos produtos e o associativismo, por entraves ou falta de apoio, é incipiente. Acresce ainda, que a produção não tem condições de atender à demanda interna: a importação atinge 11,5 milhões de contos, agravando o déficit da balança de pagamentos. Para o secretário da agricultura, estes aspectos são por si só o suficiente para evidenciar a crítica herança recebida do regime ditatorial derubado, cujos responsáveis foram incapazes de construir uma política agrícola exigida pelo desenvolvimento econômico e social do país.

### Um retrato da decadência econômica

Esta caracterização sumária da agricultura portuguesa assume aspectos de maior gravidade

na Região Transmontana. Ali, o crescente empobrecimento dos trabalhadores e a ausência de perspectivas para a resolução de suas dramáticas situações de subsistência determinam a intensa emigração. Em 1960, 75% da população de Trás-os-Montes dedicava-se à agricultura. Em 1970, apesar da emigração, essa porcentagem passou para 72%, continuando assim a ser a zona do país com maior participação da população ativa no setor agrícola. Considerando que no total do país essa porcentagem é de 28%, que na Suíça é de 7% e que nos Estados Unidos é de 4%, bem evidente se torna a predominância do setor agrícola e a prática inexistência de uma atividade industrial na região do nordeste. De acordo com as estatísticas, o produto agrícola bruto em Trás-os-Montes atingirá a modesta quantia de 6 contos anuais, por trabalhador.

A estrutura fundiária é uma das causas determinantes da estagnação. Em uma área de 496 mil hectares existem 75.640 explorações, cada qual com área média de 6,5 hectares. Trata-se de uma estrutura com propriedades de reduzida dimensão e bastante dispersas, com os inevitáveis reflexos nas condições econômicas das explorações. Como se não bastasse, o panorama das estradas é chocante: apenas 18% das explorações são atingidas por veículos durante o ano todo. Por este motivo, a maior parte da produção — 63% — destina-se ao autoconsumo da região. Para lutar pelo seu desenvolvimento, Trás-os-Montes já não possui as mesmas energias do passado: 71,6% dos empresários agrícolas possuem idade superior a 45 anos e apenas 8,8% têm menos de 35. Além disso, 43% do total de empresários agrícolas não sabe ler nem escrever.

### Perspectivas de transformação

"Este é o quadro — sem dúvida negro — da Região Transmontana, para o qual o regime político anterior não encontrou solução, mais empenhado numa guerra desde o início condenada ao fracasso e ao empobrecimento geral do país", afirmou Esteves Belo. Diz ainda que "é preciso avançar, encontrar soluções e executar ações que, embora limitadas pelos condicionamentos financeiros derivados da guerra, sejam possíveis de realizar, com vistas a dinamizar o setor agrícola e desenvolver a produção da região". A quantia de 350 mil contos que o Governo pretende investir no local, destina-se a um projeto de desenvolvimento que consiste na implantação e defesa de povoamentos florestais em zonas delimitadas de baldios, abrangendo uma área de 57 mil hectares; na execução de ações para o melhor ordenamento e reconversão de uma área de cerca de 150 mil hectares no eixo Chaves-Vila Pouca de Aguiar; na execução de obras de enxugo na Veiga de Chaves e de regularização do rio Tâmega, abrangendo uma área de 2,2 mil hectares. Fomentar-se-á deste modo a produção florestal e agro-pecuária da região, o que se torna indispensá-

vel uma vez que o efetivo pecuário da zona é insuficiente para tornar operativo e rentável o Matadouro do Cachão, onde foram gastos mais de 200 mil contos (60 milhões de cruzeiros).

Atualmente, a área florestada do país abrange cerca de 3 milhões de hectares (34% da área total e para o governo é interessante e vantajoso instalar matas de produção e proteção em mais 2,3 milhões de hectares (o que faria passar a área florestada para 60% do território nacional). Nesta orientação, está inserido o projeto de florestação dos terrenos baldios de Trás-os-Montes, visando aumentar a riqueza nacional e, neste caso, fazer reverter para a população dos baldios os benefícios correspondentes.

Para o Secretário da Agricultura, "é importante que os proprietários, empresários e trabalhadores agrícolas encontrem todo o apoio possível da Secretaria, sem autoritarismo e sem paternalismo". E concluiu: "Vamos ouvir todos os anseios e sugestões de modo que, em estreita colaboração, possamos fazer evoluir a nossa agricultura, para que aqueles que nela trabalham tenham uma vida melhor".

## Democracia escolar em Coimbra

Em ambiente de verdadeira democracia, assumiu as suas funções de reitor o prof. dr. Joaquim José Teixeira Ribeiro, que as vinha exercendo interinamente, por nomeação já do primeiro Governo Provisório.

Na sala grande dos Atos, assistiram à cerimônia os professores jubilados Elisio de Moura, Mário Silva Marques Esparteiro, Oliveira e Silva, bem como os atuais, Eduardo Correia, ministro do primeiro Governo Provisório, e Antunes Varela, antigo ministro da Justiça, durante o regime recentemente derrubado.

Nos cadeirais de honra da sala grande dos Atos, sentavam-se os profs. drs. Joaquim José Teixeira Ribeiro e Ferrer Correia, decano da Comissão Universitária, que substituí o Senado Universitário, e o presidente da direção da Associação Académica de Coimbra, Carlos Amorim o primeiro estudante que, desde há cinquenta anos, ali se senta.

Como convidados vieram-se os drs. Manuel Marta, presidente do Tribunal da Relação, Simões de Almeida, procurador da República, Martins Pires, secretário do Governo Civil, Carrington Costa, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal, Ivo Cortesão, reitor do Liceu José Falcão, e Alvaro Dias Pereira, antigo reitor deste liceu, antigo deputado e grande político da I República. Vieram-se, ainda, outros professores, alunos e muito povo.

Após a leitura do auto de posse, que o empossado assinou, falou o prof. Ferrer Correia, que fez o elogio do prof. Teixeira Ribeiro. Seguidamente, usou da palavra o estudante Carlos Amorim, que disse, a certa altura: "Aqueles que contribuíram para que a Universidade fosse um local de monólogo, de medo e de perseguição não poderão ter lugar na escola do progresso, do diálogo e da mútua participação e entreajuda.

Aqueles que servilmente bajularam a política oficial da repressão estudantil, aqueles que puderam ocupar as suas cátedras à custa do afastamento dos melhores valores intelectuais das nossas escolas, aque-

les que vlam na Universidade apenas um instrumento ao serviço dos seus interesses e dos seus benefícios pessoais não poderão ter mais lugar entre nós.

Os que odiam a democracia não podem agora servi-la. O saneamento é, pois, imperativo. E há que fazê-lo, longe de qualquer perspectiva de vingança e sem que pareça uma manifestação de qualquer estranho fascismo de esquerda. Ele impõe-se, dada a manifesta incompatibilidade entre um passado que nos é odioso e um futuro que cremos garantir em bases sólidas".

Ao terminar acentuou: "Hoje, estando criadas condições para uma efetiva democratização da vida nacional, é necessário garantir e reforçar a participação de todos os estudantes portugueses na vida política do País.

Agrupadas em torno das suas associações, em breve estruturadas numa União Nacional dos Estudantes Portugueses, as massas estudantis, recebendo o dramático da herança do fascismo, querem, ao lado do povo trabalhador, contribuir para legarem às futuras gerações a radiosa realidade de um Portugal livre e democrático.

Sr. reitor, o dia de hoje é justamente dia de festa para a nossa velha Universidade. Muito há que esperar da dedicação de V. Exa. em colaboração com os setores dos corpos docente, discente e dos trabalhadores desta Universidade que sabem ser dignos da hora que o País atravessa".

"Agora, sim, é que a Universidade nova está a construir-se" — disse o reitor

Usou finalmente da palavra o prof. dr. Teixeira Ribeiro, que afirmou em certo passo do seu discurso: "Voltamos à universidade que a alguns professores, a muitos assistentes e à grande maioria dos estudantes, então nos envergonhava e cuja lembrança, decorrido tempo suficiente para os responsáveis por ação e omissão, terem feito exame de consciência, a todos nós deve hoje envergonhar.

Agora, sim, é que a Universidade nova está a construir-se. Mas como não se quis que ela fosse construída em ambiente de calma, segundo uma planta cuidadosamente estudada, está a construir-se em ambiente de agitação, como pedras lançadas sobre pedras, ao sabor por vezes da audácia, da improvisação e até de oportunismo.

De qualquer modo, lá temos os estudantes nas comissões de gestão das Faculdades que substituem os conselhos escolares, e na Comissão Universitária que constitui o Senado; lá temos eleitos e não nomeados os presidentes das comissões de gestão, que correspondem aos antigos diretores das Faculdades; lá temos, através de cursos intensivos, novos métodos de ensino; já temos em ensaio processos de avaliação do aproveitamento diferentes dos tradicionais.

Claro que em muito disso há-de haver exageros, imperfeições, defeitos. Pretende-se naturalmente que todos os apontem; mas também se pretende que nenhum dos culpados, por não ter feito a tempo a transformação da Universidade, se atreva a verbará-los".

Ao terminar, o empossado disse, depois de salientar que contava com todos os trabalhadores da Universidade: "E além de contar com todos, confio na superior clarividência do ministro da Educação e Cultura, dr. Vitorino Magalhães Godinho, bem como confio em que o Governo não esmoreça sequer um minuto na realização do programa do Movimento das Forças Armadas, que o mesmo é dizer do nobre propósito de restituir ao povo o exercício da soberania.

Porque assim, sinto-me autorizado a afirmar, parafraseando o dito de Goethe, — os a batalha de Volmy, que nos a 25 de Abril começou uma nova era na história da Universidade de Coimbra".

No final da cerimônia formou-se um cortejo para a reitoria, onde, na sala do Senado, o reitor recebeu cumprimentos.



**SERVIÇO MILITAR  
NATURALIZAÇÃO DE  
PORTUGUESES EM PAÍSES  
ESTRANGEIROS**

Recebemos do Consulado Português em S. Paulo o pedido de publicação da seguinte nota: a naturalização de um português em países estrangeiros, com a consequente perda da soberania portuguesa, extingue as obrigações para com o Serviço Militar a que o mesmo, ainda como português, viria a estar sujeito.

Nestas obrigações incluem-se não só a prestação do Serviço Militar, com todos os efeitos das decisões de caráter disciplinar.

Aquela naturalização não extingue, contudo, de per si, o procedimento penal, em ventura pendente no Foro criminal militar, por fatos ilícitos cometidos durante a vigência do anterior estatuto de cidadania e de militar português, desde que a lei portuguesa atribua a tais fatos a natureza de infrações que sejam comuns, militares ou essencialmente militares. As penalidades só não se verificam, estando o indivíduo em Portugal, caso venha a reavivar-se qualquer causa extintiva do procedimento criminal como prescrição ou anistia, como vai indicado, a respeito da última situação, no ordenamento seguinte.

Deverão, para efeitos de invocação da anistia, tomar-se em consideração os seguintes decretos-leis:

- 173/74, de 26 de abril, que anistia os crimes políticos e infrações disciplinares da mesma natureza;

- 180/74, de 2 de maio, que anistia o crime de deserção e certas infrações da Lei n.º 2.135, de 1 de julho de 1969;

- 194/74, e 202/74, respectivamente de 14 de maio, que anistiam infrações militares praticadas até 25 de abril.

Outras informações podem ser fornecidas nos Consulados Portugueses em todo o País.

**DESPORTOS  
RESULTADOS DOS JOGOS DA  
I DIVISÃO**

Foram estes os resultados da quinta jornada do Campeonato Nacional de futebol da I Divisão disputados neste fim de semana: Vitória de Setúbal x Sporting, 1 x 1; Atlético x Oriental, 0 x 0; Vitória de Guimarães x Belenenses, 2 x 0; Farense x Espinho, 5 x 0; União de Tomar x CUF, 1 x 0; Leixões x Boavista, 0 x 0; Benfica x Académico, 4 x 0; F.C. do Porto x Olhanense, 4 x 1.

E a seguinte a classificação geral: Benfica, 9 pontos; Guimarães e Porto, 8; Farense e Setúbal, 7; Boavista, 6; Olhanense e Atlético, 5; Espinho, Sporting e Tomar, 4; CUF, Belenenses e Oriental, 3; Académico e Leixões, 2.

**SECRETARIADO  
MODERNO E  
PRÁTICA  
COMERCIAL**

**JÁ NAS** editora   
**BANCAS** abz   
por apenas cr\$ 6,00

**TAP**  
TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES

**CASA DO MATE**  
Mate quente e gelado a toda hora -  
Mate com leite, limão e maracujá -  
Chá mate e chimarrão em pacotes  
das melhores marcas  
Av. São João, 602 - São Paulo

**RICATUR - Passagens e Câmbio Ltda.**  
Passagens aéreas e marítimas -  
Nacionais e internacionais - Câmbio  
Rua Xavier de Toledo, 44 - 4.º - Cj. B  
Fones: 35-6461 - 37-2005 - São Paulo

  
**Rodoviário  
"CARAVELLE"  
Ltda.**  
"O jato na Rodovia"  
Transportes rápido entre:  
Rio - São Paulo -  
Niterói - Magé - Rio Bonito.  
**RIO SAO PAULO NITERÓI**  
260-5075 92-1864 5294

**MURILLO MELLO  
CÉLIA DE MELO E MOURA  
ADVOGADOS**  
Causas cíveis, criminais e trabalhistas  
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100  
Fone: 33-1846 - São Paulo

Atos nacionais e estrangeiros  
Cenários, jurídicos e didáticos  
Para todos os cursos  
Primário, Ginásio, Científico  
Consulte-nos: fone: 239-3238  
**LIVRARIA E PAPELARIA  
JARAGUÁ LTDA.**  
Rua Marconi, 54 - São Paulo

  
**VICTORIO DIONISI**  
Cópias: heliográficas  
xerográficas - eletro-  
táticas - fotocópias -  
micrográficas - redução ampliada  
Rua Libero Badaró, 488 - 8.º andar - B2  
Fone: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -  
Fone: 256-5141 - São Paulo

**EDISON RODRIGUES-CHAVES**  
Advocacia cível e comercial  
Contratos, partilhas e arrolamentos  
Desquites e anulação de casamento  
Naturalização - Protestos e can-  
celamento de protestos - Contractos,  
renovação de contratos e ações de  
repeço - Falências e concordatas.  
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas  
101 a 704 - Telefone: 34-7064  
SAO PAULO

**AVANÇO - LIVRARIA**  
QUEM NÃO LÊ... MAL FALA,  
MAL OUVI, MAL VE...  
Aberta diariamente até às 22 horas  
Rua Aurora, 704 - Fone: 239-0460  
SAO PAULO

  
**PAPELARIA  
E  
LIVRARIA**  
Livros Portugueses  
Livros Nacionais e Importados  
Livros Universitários  
Rua Barão de Itapetininga, 93/99  
Fone: 32-7770 - São Paulo

**SÉCULO XXI - LIVROS**  
Especializada em livros portugueses  
Atende pelo reembolso postal  
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315  
Fone: 33-5700 - São Paulo



**AGÊNCIA TRIÂNGULO DE SEGUROS S.A.**  
SEGUROS EM GERAL  
Incêndio - Automóveis - Vida em grupo - Acidentes pessoais  
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) - 11.º andar -  
Cj. 1107 - Fones: 32-4882 e 37-2774 - São Paulo

**BREVEMENTE EM TODO O BRASIL**  
Filme baseado no assassinato do General Humberto Delgado

UM  
HOMEN  
TEN DE SER  
MORTO



GERALDO D'EL REY - SUZANA BERNHARDT - RICARDO HOEPER  
PRODUTOR - A. S. VERNETTI - DIRETOR DE FOTOGRAFIA - ALEXANDRE OSTROVSKI


403.5018



**PORTUGAL HOJE**

A transmissão da canção "Grândola, Vila Morena" por uma emissora de Lisboa, foi a senha para a deflagração dos acontecimentos políticos de abril, em Portugal (de uma entrevista do Capitão Salgueiro Maia à Revista Manchete)

MÚSICAS DE JOSÉ AFONSO

INTERPRETAÇÃO DE  
PAULA RIBAS E LUIS N'GAMBI

  
DISCOS MARCUS PEREIRA

 **VERBO**  **ULISSEIA**

Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica -  
Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil  
EDITORA VERBO, LIMITADA - Rua Bueno de Andrade, 480-484  
Tel.: 278-0444 - São Paulo



25  
abril  
1974



Da obra "Las Uvas y el Viento", destacamos o poema LA LAMPARA MARINA magnífica homenagem do grande Neruda a Portugal.

Portugal,  
vuelve al mar, a tus navios,  
Portugal, vuelve al hombre,  
[al marinero,  
vuelve a la tierra tuya,  
[a tu fragancia,  
a tu razón libre en el viento,  
de nuevo  
a la luz matutina  
del clave y la espuma.  
Muestranos tu tesoro,  
tus hombres, tus mujeres.  
No escondas más tu rostro  
de embarcación valiente  
puesta en las avanzadas del Océano.  
Portugal, navegante,  
descubridor de islas,  
inventor de pimientas,  
descubre el nuevo hombre,  
las islas asombradas,  
descubre el archipiélago en el tiempo.  
L: súbita  
aparición  
del pan  
sobre la mesa,  
la aurora,  
tú descúbrela,  
descubridor de auroras.

Cómo es esto?  
Cómo puedes negarte  
al cielo de la luz tú, que mostraste  
caminos a los ciegos?

Tú, dulce y ferreo y viejo,  
angosto y ancho padre  
del horizonte, como  
puede: cerrai la puerta  
a los nuevos racimos  
y al viento con estrellas del Oriente?

Proa de Europa, busca  
en la corriente  
las olas ancestrales,  
la marítima barba  
de Camoens.  
Rompe  
las telarañas  
que cubren tu fragante arboladura,  
y entonces  
a nosotros los hijos de tus hijos,  
aquellos para quienes  
descubriste la arena  
hasta entonces oscura  
de la geografía deslumbrante,  
muestranos que tú puedes  
atravesar de nuevo  
el nuevo mar oscuro  
y descubrir al hombre que ha nacido  
en las islas más grandes de la tierra.  
Navega, Portugal, la hora  
llegó, levanta  
tu estatura de proa  
y entre las islas y los hombres vuelve  
a ser camino.  
En esta edad agrega  
tu luz, vuelva a ser lámpara:  
aprenderas de nuevo a ser estrella.

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da  
Editora Portucalense Ltda.  
Diretor  
Edison Rodrigues Chaves  
Conselho de Redação  
Alexandre Antunes Pereira  
Fernando Lemos  
João Sarmiento Pimentel  
Joaquim Quilério  
Manoel Ferreira Moura  
Raul Ciriaco da Cunha  
Redação  
Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50  
Caixa Postal 6248 - CEP 01000  
Telefone: 37-0933  
São Paulo - SP

### Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.  
Rua Teodoro da Silva, 907  
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

### Impressão

Jornal Paulista Ltda.  
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46  
São Paulo - SP  
Além da edição brasileira do Diário  
de Notícias, Portugal Democrático  
publica ainda uma seleção de artigos  
dos seguintes jornais e revistas:  
REPUBLICA - DIÁRIO DA NOITE -  
O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO -  
RO - NOTÍCIAS DA AMADORA -  
SEARA NOVA e outros.

### Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB,  
A. J. Bravo  
Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13  
Fone: 224-9765

### Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva  
Rua do Hospício, 149 - 1.º  
Londrina  
Julio Duarte  
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141  
Brasília - DF  
Livraria Encontro S.A.  
Galeria do Hotel Nacional  
Lojas 28 e 29  
VENEZUELA - Caracas  
Junta Patriótica Portuguesa  
Apartado 8287  
URUGUAY - Montevideo  
Junta Portuguesa Del Uruguay  
Casilla de Correo 2128  
PORTUGAL - Lisboa  
Urbano Tavares Rodrigues  
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar  
INGLATERRA - Londres  
Portuguese and Colonial Bulletin  
10 Fentiman Road - London SW 8  
HOLANDA - Amsterdam  
Tulipa Vermelha  
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.  
Portuguese Canadian Democratic  
Association  
P.O.Box 5921 - Station (A)  
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1  
João Ribeiro  
Postovní Urad-Jindriská UL  
C: 14 Scharánka 646  
FRANÇA - Paris  
Grupo de Amigos do  
"Portugal Democrático"  
2, Place François Villon  
Escalier E - La Courveneuve Seine

### Assinaturas Para o Brasil

Anual	Cr\$ 120,00
Semestral	Cr\$ 70,00
Vir. aéreo	
Anual	Cr\$ 170,00
Semestral	Cr\$ 120,00

### Para o Exterior - via aérea

Anual	US\$ 28
Semestral	US\$ 21